

Governo Central tem déficit primário de R\$ 14,5 bi em setembro

Congresso autoriza governo a perseguir limite inferior da meta fiscal e poupa cortes em 2025

Página 3

Distribuidora com dívida de R\$ 9,8 bi volta a pagar ICMS a São Paulo após decisão do STF

Página 2

Lewandowski e Castro anunciam escritório emergencial contra crime

O ministro da Justiça e da Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, e o governador do Rio de Janeiro, Claudio Castro, anunciaram nesta quarta-feira (29) a criação de um escritório emergencial para enfrentar o crime organizado no estado. O objetivo é melhorar a integração entre as esferas federal e estadual.

A coordenação será compartilhada entre o secretário nacional de Segurança Pública, Mario Sarubbo, e o secretário de Segurança Pública do Rio, Victor Santos.

“É um fórum onde as forças vão conversar entre si, tomar decisões rapidamente até que a crise seja superada. Este é o embrião daquilo que nós queremos criar com a PEC da Segurança Pública que está sendo discutida no Congresso Nacional. Nós queremos fazer um entrosamento das forças federais, estaduais e até municipais no enfrentamento deste flagelo”, disse o ministro Lewandowski.

A ideia é que ações sejam “100% integradas” para vencer burocracias e respeitar as competências de cada órgão, conforme o governador do Rio.

“Tentar eliminar barreiras para que nós possamos de fato fazer uma segurança pública que atenda o nosso verdadeiro e único cliente, que é o cidadão”, disse o governador do Rio.

A medida ocorre depois da Operação Contenção nos complexos do Alemão e da Penha, que deixou mais de 100 mortos. A ação é considerada a mais letal da história do país. Em retaliação, criminosos ligados ao Comando Vermelho interditaram ruas em diversos pontos da cidade, com veículos atravessados e barricadas.

Página 4

Frota de veículos elétricos cresce mais de 13 vezes em São Paulo



Foto: Divulgação/Governo de SP

Página 2

STF: condenação de Zambelli por perseguição armada é definitiva

Página 4

Governo lança Rota do Queijo Paulista para impulsionar produção artesanal, turismo e desenvolvimento

Página 2

Regras de empréstimo do saque-aniversário do FGTS mudam a partir de 1º de novembro

Página 5

Esporte

Campeonato Brasileiro de Kart Rotax: Campeões de 2025 serão conhecidos neste sábado

Os treinos para a 9ª edição do Campeonato Brasileiro de Kart Rotax já tiveram início na quarta-feira (29) no Kartódromo Internacional Granja Viana, em Cotia (SP). São 59 inscrições (veja a lista completa aqui: Inscrições Rotax), com os pilotos na briga por títulos em oito categorias.

Com organização da Confederação Brasileira de Automobilismo (CBA), em parceria com a Federação de Automobilismo de São Paulo (FASP), a disputa segue nesta quinta e sexta-feira (30 e 31) com as tomadas de tempo, Classificatórias e as Super Classificatórias.

Página 6



Foto: Fábio Oliveira

Finais serão no sábado na Granja Viana

Cascavel de Ouro tem as primeiras movimentações



Foto: Vanderley Soares

Treinos extras marcam o início das atividades no Autódromo de Cascavel

A 39ª edição da Cascavel de Ouro começou a movimentar-se no Autódromo Internacional Zilmar Beux na quarta-feira (29),

com a realização dos treinos extras. A prova, marcada para o dia 1º de novembro, abre as comemorações pelos 74 anos de Cascavel e reunirá 59 carros da categoria Gold Turismo em mais uma corrida noturna com três horas de duração. A primeira neste formato foi realizada em 2024.

O primeiro carro a entrar na pista foi o Corsa número 37, pilotado por Felipe Malinowski dos Santos, que inaugurou as voltas de reconhecimento. As equipes aproveitaram a sessão extra desta tarde para realizar os primeiros ajustes e testes nos carros, enquanto os boxes registraram intensa movimentação com montagem e descarga de equipamentos nos preparativos finais para o evento.

Página 6

Brasília se transforma na capital brasileira de três modalidades gímnicas

O público de Brasília que aprecia esporte terá a oportunidade, nesta semana, de acompanhar três modalidades gímnicas: Ginástica Aeróbica, Ginástica Acrobática e Parkour.

Na quinta-feira (30) começou a fase qualificatória do Campeonato Brasileiro Loterias CAIXA de Ginástica Aeróbica, que será realizado em paralelo com o Torneio Nacional, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB).

Segundo Kátia Lemos, coordenadora do Comitê Técnico de GAE da CBG, no Brasileiro da modalidade foram inscritos 150 atletas; 15 clubes estarão representados. Do Nacional farão parte 60 ginastas; 11 clubes foram inscritos. Os estados de Rondônia, Pará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina participam dos eventos de aeróbica de Brasília.

Página 6

Mit Cup recebe FIA Girls on Track Brasil Estágio em Motorsports



Foto: Acervo Pessoal

Pétala Betânia do Nascimento Santos

Nesta quinta-feira, 30, começa o quinto e último FIA Girls on Track Brasil Estágio em Motorsports de 2025, realizado pela CFA (Comissão Nacional Feminina de Automobilismo) da

CBA (Confederação Brasileira de Automobilismo), na sexta e penúltima etapa da Mitsubishi Cup, em São João da Boa Vista, no interior paulista.

Página 6

Previsão do Tempo

Sexta: Sol com algumas nuvens e chuva passageira. À noite, o céu fica nublado e pode choviscar.

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial

Compra: 5,37

Venda: 5,37

Turismo

Compra: 5,40

Venda: 5,58

EURO

Compra: 6,21

Venda: 6,21

Frota de veículos elétricos cresce mais de 13 vezes em São Paulo

Governo convoca aprovados no concurso da Cetesb

O Governo de São Paulo convocou 60 novos aprovados no concurso público da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), entre analistas e técnicos. Esta é mais uma etapa do processo de recomposição iniciado em 2024 — o primeiro realizado após 12 anos sem concursos na empresa pública, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil).

A nova chamada do concurso da Cetesb faz parte da política estadual de fortalecimento da gestão ambiental e re-

força o corpo técnico de uma das principais agências ambientais do país. Os novos profissionais vão atuar em licenciamento ambiental, fiscalização e monitoramento.

Com a nova convocação, chega a 284 o total de aprovados chamados desde 2024, ampliando em 17% o quadro funcional da Companhia, que hoje conta com cerca de 1,7 mil servidores distribuídos em 48 agências ambientais e 20 laboratórios em todo o Estado, além da sede na capital paulista. (Governo de SP)

O registro de veículos 0km com opção de carregamento elétrico no Estado de São Paulo passou de 4.307 em 2019 para 34.788 em 2023 e chegou a 59.354 ao fim de setembro deste ano, um salto de mais de 1.000% em seis anos, de acordo com dados do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP).

Na frota de veículos 0km, os elétricos passaram de uma fatia de 0,44% em 2019 para atuais 7,42%. Até setembro de 2025, fo-

ram registrados 59.354 veículos com opção elétrica. Até o final deste ano, estima-se um salto de 31,5% em relação a 2024, passando de 58.709 para 77.220 unidades.

Vale frisar que os veículos parcialmente elétricos ou com a alternativa do álcool podem ser do tipo flex, que permite o uso de gasolina. Já a fatia de veículos 0km puramente elétricos passou de 429 em 2019 para 16.643 até o mês de setembro, um aumento

superior a 3.780% em seis anos.

Além da aquisição de veículos elétricos, também cresceu a frota ativa de veículos que podem ser abastecidos com etanol, combustível não fóssil com baixa pegada de carbono. Os veículos movidos a álcool, muitos do tipo flex, que permitem o uso de gasolina, somam hoje 15,1 milhões no Estado, ante 14,7 milhões no ano anterior. De 2024 para cá, o aumento é de 2,7% na frota,

que hoje representa 50,3% do total de motos e automóveis do Estado — seis anos atrás, a fatia era de 49%.

A gasolina, em números gerais que incluem modelos flex, segue dominante, com 25,7 milhões de veículos ativos em setembro de 2025, 2% a mais que os 25,2 milhões de 2024. Da frota de 30 milhões de veículos ativos no Estado hoje, 85,7% podem rodar com gasolina no tanque. (Governo de SP)

Governo lança Rota do Queijo Paulista para impulsionar produção artesanal, turismo e desenvolvimento

O Governo de São Paulo lançou na quinta-feira (30), durante o Mesa SP, as Rotas do Queijo de São Paulo, iniciativa intersecretarial para incentivar a produção artesanal de queijos, conectando produtores, turistas e consumidores em experiências que unem gastronomia, cultura e turismo rural. A ação reúne queijarias localizadas por todo o estado, organizadas em oito rotas temáticas. O projeto, coordenado pela Casa Civil, contou com as contribuições das secretarias de Estado de Turismo e Viagens, Agricultura e Abastecimento, Cultura e Economias Criativas, Desenvolvimento Econômico e do Invest SP.

“Com as Rotas do Queijo de São Paulo, prestigiamos essa cultura artesanal de grande potencial para alavancar o turismo rural e, consequentemente, trazer mais progresso para as economias que fazem parte dessas rotas. Nossos queijos já começam a receber reconhecimento em outras regiões do Brasil e internacionalmente e o papel do Governo do Estado é incentivar esse mercado”, destacou o vice-governador Felício Ramuth.

As Rotas do Queijo de São Paulo reúnem 102 propriedades em 77 municípios (Jacarei participa com uma propriedade e com uma experiência), distribuídos nas Rotas das Nascentes, Águas e Serras Paulistas; Cuesta, Itaqueri e Tietê; Mogiana Paulista; Mantiqueira Paulista e Vale do

Paraíba; Noroeste Paulista; Bandeirantes; Alta Paulista; e Sudoeste Paulista. A ação integra fazendas, queijarias e destinos turísticos e inclui ainda 17 experiências e destinos queijeiros. Veja detalhes no site oficial.

A exemplo das Rotas do Vinho e do Café, lançadas em agosto de 2024 e em abril deste ano, respectivamente, a expectativa com o lançamento das Rotas do Queijo é fortalecer os produtores artesanais. “As Rotas do Queijo vão estimular o empreendedorismo local e fomentar toda a cadeia produtiva, gerando mais emprego e renda para os municípios. Este é um dos nossos objetivos para alavancar a economia regional”, afirmou Jorge Lima, secretário de Desenvolvimento Econômico.

Produção em expansão

O estado de São Paulo se tornou um dos maiores celeiros de produtores de queijos artesanais do país, alcançando reconhecimento internacional — como na 7ª edição do Mondial du Fromage et des Produits Laitiers, o popular Mundial de Queijos da França, competição que reuniu representantes de 26 países e mais de 1.900 variedades. Quatro dos dez queijos que levaram a medalha de ouro são do estado.

Típico do campo e das zonas rurais de São Paulo, o queijo tem impulsionado uma extensa cadeia ligada ao turismo rural, um dos segmentos mais procurados pelo



Projeto foi lançado nesta quinta (30), durante o Mesa SP, no Memorial da América Latina; Fazenda Atalaia integra a rota Nascentes, Águas e Serras Paulistas.

viajante desde o início da pandemia, com crescimento de quase 30% ao ano, segundo pesquisa do Sebrae. A gastronomia é hoje o terceiro maior impulsionador de viagens no mundo, atrás da natureza e da cultura, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT).

“São Paulo cresce no turismo e é referência quando o assunto é gastronomia e turismo rural. Os nossos queijos estão entre os melhores do mundo, atraindo visitantes de todas as partes do país e do mundo para vivenciar processos de produção, experiências no campo, mostras e degustações, eventos e vivências turísticas das mais diversas, que incrementam a economia e valorizam a produção e a cultura local”, afirmou o secretário de Turismo e Viagens, Roberto de Lucena.

Distribuidora com dívida de R\$ 9,8 bi volta a pagar ICMS a São Paulo após decisão do STF

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, acolheu pedido da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (PGE/SP) e suspendeu, na terça-feira (29), decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) que havia autorizado a Rodopetro Distribuidora de Petróleo Ltda. a deixar de recolher Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) via Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNRE) nas vendas de combustíveis destinadas a São Paulo.

A medida ocorre um dia após o governador Tarcísio de Freitas e a procuradora-geral do Estado, Inês Coimbra, se reunirem com o ministro Fachin em Brasília para tratar do tema e reforçar a importância de se resguardar a autonomia tributária do Estado e o equilíbrio no setor de combustíveis.

Na decisão, o ministro reconhece que a liminar concedida no Rio de Janeiro causava grave risco à ordem administrativa e à economia pública paulista, comprometendo a arrecadação e a competitividade do mercado. Segundo dados da Secretaria da Fazenda e Planejamento (Sefaz-SP), a distribuidora faz parte de um grupo econômico que acumula dívida ativa superior a R\$ 9,8 bilhões com o Estado e vinha deixando de recolher cerca de R\$ 360 milhões por mês em tributos.

Ao suspender a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o Supremo reafirma a competência de São Paulo



Foto/Divulgação/Governo de São Paulo

para exigir o recolhimento do ICMS nas operações interestaduais de combustíveis e garante segurança jurídica às ações fiscais do Estado. Fachin destacou ainda que a suspensão da obrigação colocava em risco a arrecadação de receitas essenciais para políticas públicas e favorecia práticas de concorrência desleal no setor.

Com a decisão, a Rodopetro volta a ser obrigada a recolher o imposto devido nas operações realizadas com o Estado de São Paulo. A determinação permanecerá em vigor até o julgamento definitivo do processo principal.

“O acolhimento do pedido pelo ministro Edson Fachin representa uma vitória jurídica relevante, que evita graves prejuízos às finanças públicas e à livre con-

corrência, fortalecendo a atuação responsável do Estado na defesa do interesse coletivo”, afirma a procuradora-geral Inês Coimbra.

A decisão de primeira instância do TJ-RJ havia determinado, de forma monocrática, a suspensão da exigência tributária e o afastamento de sanções decorrentes do eventual descumprimento da obrigação. O Estado de São Paulo, por meio da PGE/SP, apresentou pedido de suspensão de liminar ao Supremo, sustentando que a medida violava a Constituição Federal, especialmente os artigos 18, 25 e 155, ao interferir na autonomia federativa e na competência tributária estadual.

Na origem, a Rodopetro ajuizou pedido de recuperação judicial perante a 3ª Vara Empresarial

do Rio de Janeiro, alegando dificuldades financeiras decorrentes de exigências tributárias do Estado de São Paulo. Após ter a tutela indeferida pelo juízo de origem, a empresa interpsó agravo de instrumento, obtendo decisão favorável da relatora no TJRJ — decisão esta que foi suspensa pelo STF nesta quarta-feira (29).

O Estado de São Paulo argumentou que a questão tratada é de natureza eminentemente tributária e já se encontra em discussão no Poder Judiciário paulista, onde a empresa não obteve êxito.

A ordem de suspensão permanecerá vigente até o trânsito em julgado da decisão de mérito na ação principal, conforme previsto no artigo 4º, §9º, da Lei nº 8.437/1992. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com

HISTÓRIAS

... e se o que rolou no Rio [combate mortal contra criminosos(as) organizados(as) como nas guerras] tivesse acontecido num dos países [na ONU] cuja maioria das mídias está acusando o governo [estadual] e suas polícias?

DAS

... e se o que rolou no Rio [combate mortal contra criminosos(as) organizados(as) como nas guerras] tivesse acontecido num dos países [na ONU] cuja maioria das mídias está acusando o governo [estadual] e suas polícias?

POLÍTICAS

... e se o que rolou no Rio [combate mortal contra criminosos(as) organizados(as) como nas guerras] tivesse acontecido num dos países [na ONU] cuja maioria das mídias está acusando o governo [estadual] e suas polícias?

INTERNACIONAIS

... e se o que rolou no Rio [combate mortal contra criminosos(as) organizados(as) como nas guerras] tivesse acontecido num dos países [na ONU] cuja maioria das mídias está acusando o governo [estadual] e suas polícias?

POR

... e se o que rolou no Rio [combate mortal contra criminosos(as) organizados(as) como nas guerras] tivesse acontecido num dos países [na ONU] cuja maioria das mídias está acusando o governo [estadual] e suas polícias?

PAÍSES

... e se o que rolou no Rio [combate mortal contra criminosos(as) organizados(as) como nas guerras] tivessem acontecido num dos países [na ONU] cuja maioria das mídias está acusando o governo [estadual] e suas polícias?

NA

... e se o que rolou no Rio [combate mortal contra criminosos(as) organizados(as) como nas guerras] tivessem acontecido num dos países [na ONU] cuja maioria das mídias está acusando o governo [estadual] e suas polícias?

ONU

... e se o que rolou no Rio [combate mortal contra criminosos(as) organizados(as) como nas guerras] tivessem acontecido num dos países [na ONU] cuja maioria das mídias está acusando o governo [estadual] e suas polícias?

ANO 33

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - Eu sou o bom Pastor; o bom Pastor dá a sua vida pelas ovelhas; **João 10.11**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00

Matriz: Rua Carlos Comenale, 263 3º andar - Bela Vista - SP CEP: 01332-030 Filial: Curitiba / PR

Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações Fone: 3258-1822 Periodicidade: Diária Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC Notícias Agrícolas Folhappress Governo de São Paulo Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br Site: www.jornalodiasp.com.br

Governo Central tem déficit primário de R\$ 14,5 bi em setembro

O aumento das despesas em nível maior que as receitas fez o déficit primário subir em setembro de 2025. No mês passado, o Governo Central – Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social – registrou resultado negativo de R\$ 14,5 bilhões, contra déficit primário de R\$ 5,2 bilhões em setembro de 2024. Isso significa um aumento real de 166,6%, já considerando a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do período, informou o Tesouro Nacional, em seu relatório divulgado nesta quinta-feira (30).

“Comparado a setembro de 2024, o resultado primário observado decorreu da combinação de um aumento real de 0,6% (R\$ 1,1 bilhão) da receita líquida [após transferências a estados e municípios] e de um crescimento de 5,7% (R\$ 10,2 bilhões) das despesas totais”.

O resultado de setembro passado veio pior do que o esperado pelas instituições financeiras. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Fazenda, os analistas de mercado esperavam resultado negativo de R\$ 6 bilhões.

Já no acumulado do ano, o Governo Central registra déficit primário de R\$ 100,4 bilhões, va-



Foto/Marcello Casal jr/ABr

lor 9,1% menor que o obtido no mesmo período do ano passado, já considerando a inflação, que teve registro de R\$ 103,6 bilhões. O resultado deste ano conjugou um superávit de R\$ 185,9 bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e um déficit de R\$ 286,3 bilhões na Previdência Social.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano e o novo arcabouço fiscal estabeleceram meta de déficit primário zero, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para cima ou para

baixo, para o Governo Central.

No limite inferior da meta, isso equivale a déficit de até R\$ 31 bilhões.

Receitas e despesas

No último mês, as receitas líquidas subiram 5,8% em valores nominais. Descontada a inflação pelo IPCA, a alta foi a 0,6%. O crescimento resultou, majoritariamente, da elevação real de 11,9% (R\$ 6,2 bilhões) na arrecadação líquida destinada à Previdência Social. De acordo com o Tesouro, o resultado foi influenciado, dentre outros fatores, “pela dinâmica positiva do mercado de trabalho” e pelo aumento dos recolhimentos do Simples Nacional previdenciário.

Já as despesas, no mês pas-

sado, subiram 11,2% em valores nominais e 5,7% considerando a inflação. A alta concentrou-se nas despesas discricionárias – que são aquelas não obrigatórias, como os investimentos e políticas públicas não essenciais % que subiram 100,9% (R\$ 10,6 bilhões). Os itens que mais contribuíram para este crescimento foram os pagamentos em ações de saúde (R\$ 4,1 bilhões) e demais despesas (R\$ 2,9 bilhões).

O Tesouro explicou ainda que o comparativo interanual foi influenciado pela antecipação, em setembro de 2024, do pagamento de R\$ 4,5 bilhões (a preços de setembro de 2025) de precatórios federais previstos para o exercício de 2025 referentes ao estado do Rio Grande do Sul, devido à situação de calamidade pública. Os precatórios são dívidas com sentenças judiciais definitivas a serem pagas pelo governo.

“Essa antecipação impactou principalmente as rubricas de Benefícios Previdenciários, Pessoal e Encargos Sociais e Sentenças Judiciais e Precatórios, acarretando redução nas despesas referentes às duas primeiras na comparação entre setembro de 2024 e setembro de 2025”, diz. (Agência Brasil)

Lula propõe colocar biocombustíveis na pauta exportadora do Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva discutiui, nesta quinta-feira (30), as possibilidades para incentivar a pesquisa e colocar os biocombustíveis na pauta exportadora brasileira.

Ele esteve reunido com o CEO da Be8, Erasmo Carlos Battistella, e o presidente da Mercedes-Benz do Brasil e América Latina, Denis Güven, no Palácio do Planalto.

Lula foi apresentado aos caminhões e ônibus da Rota Sustentável COP30, que são veículos que utilizam o biocombustível Be8 BeVant, que promete reduzir em até 99% as emissões de gases de efeito estufa em comparação ao diesel fóssil.

O objetivo da rota é testar o novo biocombustível da Be8 nos veículos da Mercedes-Benz. Outros dois veículos com o diesel B15 (mistura de 15% de biodiesel no diesel) também estão rodando para comparação.

Eles saíram de Passo Fundo (RS) no último dia 20 rumo a Belém (PA), onde ocorrerá a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30), em novembro, uma viagem de cerca de 4 mil quilômetros.

Segundo Battistella, o BeVant pode substituir o óleo diesel em vários tipos de motores e pode ser aplicado, principalmente, para rotas de longas distâncias, onde há dificuldade de eletrificação.

Ele pediu ao presidente o apoio, junto ao MDIC e à Apex, para colocar os biocombustíveis como uma pauta de exportação para o Brasil. “Isso é uma solução imediata de descarbonização”, disse a Lula.

O presidente sugeriu, então, que os testes sejam feitos com os veículos produzidos pela Mercedes-Benz na Alemanha, para avaliar o nível de redução de gases de efeito estufa.

“Quem sabe a gente possa exportar isso aqui para o mundo. Quem sabe a gente importa caminhão e exporta biocombustível para a Alemanha”, disse Lula.

Ele destacou a capacidade de produção agrícola do Brasil voltada aos biocombustíveis e da indústria, no desenvolvimento de novas tecnologias, como o BeVant.

“Com a inteligência humana do Brasil, com engenheiros e engenheiras brasileiros, a gente consegue mostrar ao mundo que a transição energética que o mun-



Foto/Ricardo Suckert/PR

do sonha não é tão difícil. Basta ter vontade política e basta ter coragem de fazer”, disse.

Petróleo

Por outro lado, Lula reforçou que não é possível abrir mão de combustível fóssil “do dia para a noite” e que há uma “celeuma” no Brasil sobre a exploração de petróleo na Margem Equatorial.

A região, localizada no Norte do país, é apontada como o novo pré-sal devido ao seu potencial petrolífero.

Neste mês, a Petrobras obteve a licença do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Re-

ursos Naturais Renováveis (Ibama) para iniciar operação de pesquisa exploratória na região.

“É preciso construir o fim da utilização do combustível fóssil. E para isso a gente tem que pesquisar a Margem Equatorial com o cuidado que o meio ambiente exige, uma responsabilidade que o Brasil tem de mostrar que nós vamos ser o país mais perfeito do ponto de vista da transição energética no mundo. A gente a gente vai continuar utilizando o petróleo enquanto for necessário”, disse, afirmando que a Petrobras vai se transformar em uma empresa de energia. (Agência Brasil)

Aéreas flexibilizam remarcação de voos para RJ após operação policial



Foto/Fernando Brazão/ABr

Após a operação policial que deixou mais de 100 mortos nos complexos do Alemão e da Penha na terça-feira (28), as companhias aéreas Latam, Gol e Azul informaram que vão flexibilizar a remarcação de voos para o Rio de Janeiro ou com conexão na cidade.

A Latam disse que vai permitir a remarcação dos voos nos aeroportos do Galeão e Santos Dumont, entre os dias 28 e 30 de outubro. Segundo a empresa, os passageiros poderão fazer a alteração no voo sem multa e com eventual cobrança de diferença da tarifa, dentro da validade da passagem aérea. Os passageiros também poderão solicitar o reembolso de acordo com a tarifa adquirida.

Para os passageiros com voos da GOL, a empresa disse que enviou comunicado aos clientes, com voos de/para Santos Dumont ou Galeão, na

data de terça-feira, (28). No comunicado, a Gol ofereceu a flexibilidade para remarcação gratuita de voos sem custos até esta quinta-feira (30).

A Azul disse que as suas operações no Rio de Janeiro estão dentro da normalidade, mas está flexibilizando remarcações nos bilhetes, mediante disponibilidade de assentos, ou a possibilidade de cancelamento da passagem, deixando o valor em crédito.

A operação policial realizada contra o tráfico de drogas nos complexos da Penha e do Alemão, zona norte da cidade do Rio de Janeiro, deixou 121 mortos. Autoridades de segurança pública admitem que esse número pode aumentar e afirmam que as pessoas mortas reagiram com violência à operação, e aqueles que se entregaram foram presos. (Agência Brasil)

Benefícios fiscais podem chegar a 7,1% do PIB, e pesquisadores sugerem teto e prazo de validade

Um trabalho conjunto da FGV e da organização MaisProgresso.org identificou alguns princípios para melhorar a gestão dos incentivos fiscais no Brasil. Entre eles, a definição de um teto para essas renúncias, o fim da concessão por tempo indeterminado e a fixação de objetivos a serem alcançados.

O levantamento mostra que os benefícios classificados como gastos tributários -incluindo renúncias nos níveis federal e estadual- devem atingir 7,1% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2026. Para 2025, a estimativa inicial das leis orçamentárias também apontava um resultado próximo a esse patamar, mas dados recentes apontam para um valor mais baixo (6,5% do PIB, mesmo número de 2024).

O estudo faz uma análise de boas práticas internacionais e propõe um conjunto de regras para o debate sobre uma reforma da governança dos gastos tributários no Brasil.

Elas incluem também a ampliação das renúncias incluídas nessa lista (a isenção de lucros e dividendos, por exemplo, não é colocada na conta pela Receita Federal), a uniformização da metodologia de cálculo e das informações a serem divulgadas, além da avaliação de resultados, entre outras sugestões.

“O que queremos fazer com base nos resultados do estudo é começar a criar um conjunto de pontos de reflexão que deveriam entrar no debate sobre a reforma da governança dos gastos tributários no Brasil”, afirma Paulo de Renzio, professor da FGV Ebape (Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas) e um dos autores do trabalho.

O Brasil está atualmente em um patamar acima da média em transparência do gasto tributário, mas falha em quesitos como regras para concessões, monitoramento e medição de resultados, segundo Manoel Pires, pesquisador do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia) que também participa da iniciativa.

Ele destaca também a ausência de um órgão gestor para acompanhar a renúncia fiscal, diferentemente do que ocorre em

políticas públicas estruturadas, como programas de vacinação ou o Bolsa Família.

“A falta de um órgão gestor faz com que esses incentivos sejam criados sem definição de objetivo. Isso vai atrapalhar a avaliação lá na frente”, afirma Pires.

Atualmente, essa avaliação é focada no impacto orçamentário, e não nos resultados alcançados, na maioria dos casos.

Estados

Os benefícios estaduais, um dos focos da pesquisa, devem subir de 2,2% em 2025 para 2,5% do PIB em 2026. Segundo os autores, o crescimento dos gastos tributários estaduais nos últimos anos reflete três fatores: aumento das renúncias fiscais desde os anos 2000; avanço na metodologia de cálculo dos valores (especialmente a partir de 2015) e melhora nas fontes de informações, como uso de notas fiscais eletrônicas.

A comparação entre estados mostra que Amazonas, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo são os mais dependentes de incentivos fiscais para o funcionamento de suas economias. Todos alcançam percentuais próximos de 50% quando o valor do gasto tributário é comparado à receita total do estado.

Pires ressalta que a eliminação total dessas renúncias não implicaria necessariamente em aumento da arrecadação na mesma proporção, pois as empresas incentivadas podem mudar de local ou alterar a escala de produção com o fim do benefício.

Ele também destaca que a forma de divulgação dos números é feita de forma bastante heterogênea entre os estados. Alguns apresentam os beneficiários por CNPJ, enquanto outros fazem uma divulgação mais protocolar.

Entre os maiores aumentos no valor absoluto de 2025 para 2026 dos gastos tributários está o Espírito Santo (313%), o que é explicado por uma mudança na metodologia de cálculo. Os únicos estados com redução nominal são Mato Grosso e Rondônia. Em São Paulo, o valor deve crescer 19,7%, próximo da média geral de 20,6%. (Folhapress)

Brasil cria 213 mil empregos formais em setembro, resultado maior que o esperado, aponta Caged

O mercado de trabalho formal no Brasil gerou 213 mil vagas em setembro, segundo dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) divulgados nesta quinta-feira (30) pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego).

O número é o resultado de 2.292.492 admissões e 2.079.490 desligamentos no nono mês de 2025. O saldo veio acima do esperado pelo mercado, que projetava criação de 170 mil vagas,

segundo estimativas coletadas pela Bloomberg.

O número também foi maior que o registrado em agosto, quando o saldo foi de 147,4 mil vagas de trabalho abertas, e abaixo do desempenho de setembro de 2024, quando o mercado formal fechou o mês com 252,3 mil novos postos de trabalho.

No saldo do ano, houve a criação de 1,717 milhão de postos de trabalho, apontou o Caged. No mesmo período de 2024, o

desempenho foi melhor, com 1,743 milhão de novas vagas.

Segundo o ministério, todos os cinco grupos econômicos tiveram saldo positivo entre demissões e contratações.

O setor de serviços puxou a geração de vagas em números absolutos, com 106,6 mil colocações, seguido pela indústria, com 43,1 mil, e o comércio, com 36,6 mil.

A construção, com a criação de 23,9 mil novos postos, e a agro-

pecuária, com 3,2 mil novas vagas, completam a lista.

Na separação por região, São Paulo foi o estado que mais criou postos, com 49,1 mil, seguido pelo Rio de Janeiro, com 16 mil, e Pernambuco, com 15,6 mil.

Levando em conta a quantidade de empregados em cada região, o melhor desempenho foi de Alagoas, com alta de 2%. Na sequência vem Sergipe, com 1,7%, e a Paraíba, com 1,14%. (Folhapress)

Congresso autoriza governo a perseguir limite inferior da meta fiscal e poupa cortes em 2025

O Congresso autorizou, nesta quinta-feira (30), o governo federal a perseguir o limite inferior de tolerância da meta fiscal em 2025, o que poupa o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de fazer novos cortes neste ano. O aval foi dado por meio de uma emenda ao projeto que modifica pontos da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) vigente, ambos aprovados pelos parlamentares em sessão nesta quinta.

A emenda foi relatada no plenário pelo deputado federal Gerônimo Maia (PSB-PB) e recebeu protestos da bancada do Novo. O texto busca respaldo jurídico para contrariar uma decisão do TCU

(Tribunal de Contas da União) que determinou que o governo deveria mirar o centro da meta de resultado primário (a diferença entre receitas e despesas, antes do pagamento dos juros da dívida).

O arcabouço fiscal criou uma banda de tolerância para a meta fiscal, de 0,25% do PIB (Produto Interno Bruto) para mais ou para menos. O TCU defendia que o governo deveria fazer um esforço nas contas públicas para atingir o centro desse objetivo, mas a decisão estava suspensa por liminar do próprio tribunal.

O governo buscou se antecipar a uma nova decisão e obter apoio do Congresso, por meio da

LDO, para mirar a banda inferior da meta. Uma sessão ocorreu nesta quinta com esse projeto como único item da pauta, com o objetivo de desobrigar o Executivo a perseguir o déficit zero neste ano.

A emenda foi incluída no projeto que define que alterações nas alíquotas do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física) sejam válidas por tempo indeterminado. Na regra atual, a validade é de cinco anos.

De acordo com os parlamentares, a mudança fica valendo para o projeto do governo federal que isenta o IR de quem ganha até R\$ 5.000. A proposta de isenção, uma promessa de campanha do presidente Lula (PT) em 2022, ainda está

Lewandowski e Castro anunciam escritório emergencial contra crime

STF: condenação de Zambelli por perseguição armada é definitiva



Foto/ Lula Marques/ABr

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou o trânsito em julgado da condenação da deputada Carla Zambelli (PL-SP) por ter perseguido de arma em punho um homem pelas ruas de São Paulo, em 2022. Isso significa que não há mais recursos possíveis e deve-se iniciar o cumprimento da pena.

Esta é a segunda condenação da deputada a ser tornar definitiva no Supremo. Aprimeira, a 10 anos de prisão, esteve relacionada à invasão dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A deputada, entretanto, fugiu para a Itália, em julho, pouco antes de sua prisão ser decretada.

No momento, Zambelli se encontra presa no país europeu, no aguardo de uma decisão da Justiça italiana sobre o pedido de extradição feito pelo Brasil. Na movimentação mais recente, o Ministério Público de Itália deu parecer favorável à extradição.

Quando já estava presa na Itália por reflexo da primeira condenação, o Supremo proferiu, em agosto, por 9 votos a 2, a nova sentença de prisão contra a deputada. Ela foi conside-

rada culpada pelos crimes de porte ilegal de arma e constrangimento ilegal com emprego de arma de fogo.

Os crimes foram cometidos pouco antes do segundo turno das eleições de 2022, quando Zambelli sacou uma arma de fogo e perseguiu o jornalista Luan Araújo pela rua e dentro de uma lanchonete, onde ele tentou se proteger.

A perseguição começou após Zambelli e Luan terem trocado provocações durante um ato político no bairro dos Jardins, em São Paulo.

Durante a tramitação do processo, a defesa sempre alegou que a deputada é inocente. “A deputada reafirma sua inocência e que é vítima de perseguição política”, disse o advogado Fábio Pagnozzi após a segunda condenação.

O Supremo já determinou que a deputada perca o mandato, devido à incompatibilidade do regime inicial fechado de prisão com sua presença no Congresso. A efetivação da decisão, contudo, depende de ato da Mesa Diretora da Câmara. (Agência Brasil)

Preso no escândalo do INSS sacou R\$ 7,2 milhões e levantou suspeita de fraude

O empresário Maurício Camisotti, apontado por investigadores como um dos elos finais dos descontos irregulares em aposentadorias do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), sacou R\$ 7,2 milhões em dinheiro vivo, de acordo com documentos obtidos pela reportagem. O valor foi retirado de sua conta em 11 saques.

Entre 2018 e 2025, foram feitos 17 saques considerados suspeitos, sendo o maior deles no valor de R\$ 3 milhões, segundo relatório sigiloso elaborado pelo Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) a pedido da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Congresso sobre fraudes no INSS.

Também foram retirados R\$ 285 mil de sua conta -neste caso, o relatório não afirma com clareza quem foi o sacador, apesar de apontar Camisotti como titular da conta. Essas transações levantaram suspeitas de burla na fiscalização do sistema financeiro.

Movimentar dinheiro vivo não é crime, mas investigadores costumam encarar transações de alto valor como indicio de algum tipo de irregularidade. O motivo é que é mais difícil de rastrear as cédulas do que depósitos eletrônicos.

A defesa de Camisotti disse em nota à reportagem que ele nunca participou de qualquer irregularidade envolvendo o INSS. Também afirmou que os saques “tiveram motivos variados e legítimos, como pagamentos a fornecedores e compras diversas”.

Os advogados declararam que a maioria dos saques foi realizada “antes de qualquer contrato com associações ligadas ao INSS”. Além disso, afirmaram que todas as operações foram declaradas às autoridades competentes e que são compatíveis com as atividades empresariais de Camisotti.

O maior dos saques em dinheiro vivo nas contas de Camisotti foi realizado em 12 de setembro de 2019. Foram retirados R\$ 3 milhões em uma agência do Santander em São Paulo -todas as movimentações mencionadas nesta reportagem foram no mesmo banco.

O relatório do Coaf aponta, nas informações adicionais sobre a transação, que ela foi realizada para uso pessoal. A explicação se repete em todos os saques acima de R\$ 100 mil. O registro do provisionamen-

O ministro da Justiça e da Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, e o governador do Rio de Janeiro, Claudio Castro, anunciaram nesta quarta-feira (29) a criação de um escritório emergencial para enfrentar o crime organizado no estado. O objetivo é melhorar a integração entre as esferas federal e estadual.

A coordenação será compartilhada entre o secretário nacional de Segurança Pública, Mario Sarubbo, e o secretário de Segurança Pública do Rio, Victor Santos.

“É um fórum onde as forças vão conversar entre si, tomar decisões rapidamente até que a crise seja superada. Este é o embrião daquilo que nós queremos criar com a PEC da Segurança Pública que está sendo discutida no Congresso Nacional. Nós queremos fazer um entrosamento das forças federais, estaduais e até municipais no enfrentamento deste flagelo”, disse o ministro Lewandowski.

A ideia é que ações sejam “100% integradas” para vencer burocracias e respeitar as competências de cada órgão, conforme o governador do Rio.

“Tentar eliminar barreiras para que nós possamos de fato

OpenAI prepara IPO e busca avaliação de até US\$ 1 trilhão, diz agência

A OpenAI iniciou o planejamento para lançar uma IPO (oferta pública inicial) que pode avaliar a empresa em até US\$ 1 trilhão (R\$ 5,38 trilhões), disseram três pessoas familiarizadas com o assunto à agência de notícias Reuters.

A IPO pode ser um dos maiores de todos os tempos e dar ao presidente-executivo da empresa, Sam Altman, acesso a um capital muito maior para concretizar seus ambiciosos planos.

A OpenAI avalia a possibilidade de registrar seu pedido de abertura de capital já no segundo semestre de 2026, segundo algumas das fontes. Em discussões preliminares, a empresa avaliou a possibilidade de levantar US\$ 60 bilhões, no mínimo, e provavelmente mais, disseram as fontes.

Na terça-feira (28), Altman afirmou que a IPO era “o caminho mais provável”, dadas as altas exigências de capital do grupo, mas disse que ainda não havia planos concretos.

As pessoas ouvidas pela reportagem alertaram que as conversas ainda estão em fase inicial e que os planos incluindo os valores e o cronograma podem mudar dependendo do crescimento dos negócios e das condições de mercado.

Segundo as fontes, a diretoria financeira da criadora do ChatGPT, Sarah Friar, teria dito a alguns associados que a empresa pretende realizar a abertura de capital em 2027.

A OpenAI anunciou na terça uma reestruturação que concedeu à sua maior acionista individual, a Microsoft, uma participação de US\$ 135 bilhões e fez o valor de mercado da gigante de software superar a barreira dos US\$ 4 trilhões.

Agora, a chamada OpenAI Foundation, braço sem fins lucrativos da startup, vai controlar o conselho e deter 26% do novo OpenAI Group, que deve operar como um negócio tradicional. Já a Microsoft tem uma fatia de 27% na mesma divisão, e funcionários e outros investidores ficam com os 47% restantes.

A criadora do ChatGPT foi originalmente fundada como uma organização sem fins lucrativos, mas vinha buscando atrair novos investimentos ao permitir que investidores detenham ações tradicionais.

Segundo a startup, avaliada em US\$ 500 bilhões, o OpenAI Group é essencial para levantar os recursos necessários para o desenvolvimento de grandes modelos de linguagem e à preparação para uma eventual abertura de capital. (Folhapress)

fazer uma segurança pública que atenda o nosso verdadeiro e único cliente, que é o cidadão”, disse o governador do Rio.

A medida ocorre depois da Operação Contenção nos complexos do Alemão e da Penha, que deixou mais de 100 mortos. A ação é considerada a mais letal da história do país. Em retaliação, criminosos ligados ao Comando Vermelho interditaram ruas em diversos pontos da cidade, com veículos atravessados e barricadas.

Lewandowski disse que o governo federal vai aumentar o efetivo da Polícia Rodoviária Federal em 50 agentes nas estradas e o efetivo de agentes de inteligência no estado. Também foram colocados à disposição peritos e vagas nos presídios federais, caso o governo estadual requisite.

O encontro no Palácio Guanabara, sede do poder estadual do Rio, aconteceu depois de o governador Cláudio Castro cobrar mais apoio do governo federal no enfrentamento às organizações criminosas que atuam no estado. Segundo Castro, o Rio de Janeiro está atuando “sozinho nesta guerra”.

No mesmo dia, Lewandowski disse não ter recebido pedido de ajuda do governador para a ope-

ração. O ministro lembrou que, no começo do ano, o governador do Rio esteve no Ministério da Justiça e Segurança Pública e pediu a transferência de líderes das facções criminosas para penitenciárias federais de segurança máxima e foi atendido.

O governo do Rio tem usado, com frequência, a expressão “narcoterrorismo” para se referir ao crime organizado. Questionado sobre o termo, o ministro Lewandowski disse que ele não se aplica à realidade do estado.

“Uma coisa é terrorismo, outra coisa são facções criminosas. O terrorismo envolve sempre uma questão ideológica. Uma atuação política, uma repressão social com atentados esporádicos. As facções criminosas são constituídas por grupos de pessoas que sistematicamente praticam crimes que estão capitulados no Código Penal. Portanto, é muito fácil identificar o que é uma facção criminoso pelo resultado de suas ações”, disse o ministro.

O ministro disse que a legislação estabelece com clareza as classificações para organização criminoso e grupos terroristas.

“São dois tipos de atuação que não se confundem e, da parte do governo federal, não temos nenhuma intenção de fazer uma

mescla delas”, complementa.

Confira a reportagem do Repórter Brasil Tarde, da TV Brasil, sobre a criação do escritório

Lewandowski e Castro descartaram a possibilidade de emprego das Forças Armadas para atuar na segurança do estado, por meio da decretação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

“Nós não nos manifestamos nesse sentido [a favor ou contra]. A GLO está prevista no artigo 142 da Constituição Federal. É uma operação excepcional, que depende de uma solicitação do governador, vamos falar aqui do governador ou da autoridade local que reconhece aí incapacidade das forças locais de debelar uma situação de crise”, disse o ministro.

Castro também negou ter cogitado a medida.

“Isso [GLO] veio à tona somente porque eu falei da questão dos blindados, que nós, em outras três ocasiões, tínhamos requerido e nos foi negado porque haveria necessidade de uma GLO. A situação das forças de segurança do Rio de Janeiro hoje é completamente diferente da de 2018. Hoje nós temos uma força de segurança estadual capacitada”, afirmou o governador. (Agência Brasil)

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

HAYDEN CAPITAL SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A. CNPJ nº 57.152.905/0001-02 - NIRE 3530045896
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2025.
1. DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLEIA: realizada ao 10 (dez) dias do mês de outubro de 2025, às 10:00 horas, na Rua Tabapuá, 41, 13º andar, sala M21, Itaim Bibi, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.533-010. 2. PRESEÇA: Dispensada a convocação, mediante a presença do acionista, representando a totalidade das ações de emissão da Companhia, nos termos do §4º, do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”). 3. CONSIDERANDO: a emissão de debêntures aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de novembro de 2024 foi devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº de registro 2.891.0784-0 e publicada no jornal “O dia” de grande circulação na data de 11 de dezembro de 2024, mas não chegou a ser efetivada, por ausência de subscrição e emissão dos respectivos títulos, entende-se que a Companhia não possui qualquer emissão de debêntures em circulação, permanecendo o CNPJ sem emissão efetiva até a presente data; 4. MESA: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Vinícius Bernardes Basile Silveira Stopa e secretarado pela Sra. Thais de Castro Monteiro. 5. ORDEM DO DIA: Deliberação acerca da seguinte matéria: (i) a alteração da razão social da Companhia denominada “TRAVESSIA & MB SECURITIZADORA DE CRÉDITOS MERCANTIS S.A.”, (ii) a aprovação da denominação social da Companhia, (iii) a alteração do objeto social da Companhia de forma que a Companhia desenvolva, como objeto social, as seguintes atividades: (i) a aquisição e securitização de de quaisquer direitos creditórios originados por atividades empresariais e de quaisquer títulos e valores mobiliários representativos de tais direitos creditórios ou lastreados em tais direitos creditórios, direta ou indiretamente (“Créditos Mercantis”), (ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (c) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (d) a realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos; (iii) autorizar as mudanças e/ou alterações necessárias e/ou pertinentes no Estatuto Social da Companhia, caso sejam aprovadas as ordens do dia previstas nos itens “0” e “(ii)” descritas acima. 6. DELIBERAÇÃO: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os acionistas aprovaram: (i) A alteração da denominação social da Companhia, para “TRAVESSIA & MB SECURITIZADORA DE CRÉDITOS MERCANTIS S.A.” Em decorrência da aprovação descrita no item “0” acima, consignar a alteração do Artigo 1º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com o seguinte novo redação: “Artigo 1º - A TRAVESSIA & MB SECURITIZADORA DE CRÉDITOS MERCANTIS S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”). (ii) a alteração do objeto social da Companhia, de forma que a Companhia passará a exercer as seguintes atividades: (i) a aquisição e securitização de de quaisquer direitos creditórios originados por atividades empresariais e de quaisquer títulos e valores mobiliários representativos de tais direitos creditórios ou lastreados em tais direitos creditórios, direta ou indiretamente (“Créditos Mercantis”), (ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (c) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (d) a realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. (iii) autorizar a alteração do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: “Artigo 4º - A Companhia tem por objeto social: (i) a aquisição e securitização de de quaisquer direitos creditórios originados por atividades empresariais e de quaisquer títulos e valores mobiliários representativos de tais direitos creditórios ou lastreados em tais direitos creditórios, direta ou indiretamente (“Créditos Mercantis”), (ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (c) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (d) a realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. (iii) Em virtude das securitizações de Créditos Mercantis e emissões de títulos e valores mobiliários realizadas pela Companhia, será permitida a recompra dos Créditos Mercantis por seus cedentes originais, se feita à vista e/ou de outra forma desde que obtida a prévia e expressa autorização dos detentores dos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, nos termos dos instrumentos de emissão de referidos títulos e valores mobiliários. No mesmo sentido, será permitida a substituição de Créditos Mercantis. Parágrafo Segundo - Estão incluídas no objeto social da Companhia, as seguintes atividades: (i) a gestão e administração dos Créditos Mercantis supracitados, sendo permitida a contratação de terceiros para a prestação dos serviços de gestão, administração e cobrança dos Créditos Mercantis, incluindo poderes para conceder descontos, prorrogar vencimentos ou mudar características dos Créditos Mercantis; (ii) a aquisição e alienação de títulos representativos ou lastreados em Créditos Mercantis; (iii) a emissão, recompra, revenda ou resgate de valores mobiliários de sua própria emissão nos mercados financeiro e de capitais, com lastro nos Créditos Mercantis; (iv) a prestação de serviços envolvendo a estruturação de operações de securitização dos Créditos Mercantis; (v) a realização de negócios envolvendo a estruturação de operações de securitização dos Créditos Mercantis; (vi) a realização de operações nos mercados de derivativos visando cobertura de riscos na sua carteira de créditos; e (vii) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ela emitidos. Parágrafo Terceiro - A Companhia não poderá constituir subsidiárias ou participar de outras sociedades ou grupo de sociedades.” (iii) Em virtude das securitizações de Créditos Mercantis e emissões de títulos e valores mobiliários realizadas pela Companhia, será permitida a recompra dos Créditos Mercantis por seus cedentes originais, se feita à vista e/ou de outra forma desde que obtida a prévia e expressa autorização dos detentores dos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, nos termos dos instrumentos de emissão de referidos títulos e valores mobiliários. No mesmo sentido, será permitida a substituição de Créditos Mercantis. Parágrafo Segundo - Estão incluídas no objeto social da Companhia, as seguintes atividades: (i) a gestão e administração dos Créditos Mercantis supracitados, sendo permitida a contratação de terceiros para a prestação dos serviços de gestão, administração e cobrança dos Créditos Mercantis, incluindo poderes para conceder descontos, prorrogar vencimentos ou mudar características dos Créditos Mercantis; (ii) a aquisição e alienação de títulos representativos ou lastreados em Créditos Mercantis; (iii) a emissão, recompra, revenda ou resgate de valores mobiliários de sua própria emissão nos mercados financeiro e de capitais, com lastro nos Créditos Mercantis; (iv) a prestação de serviços envolvendo a estruturação de operações de securitização dos Créditos Mercantis; (v) a realização de operações nos mercados de derivativos visando cobertura de riscos na sua carteira de créditos; e (vi) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ela emitidos. Parágrafo Terceiro - A Companhia não poderá constituir subsidiárias ou participar de outras sociedades ou grupo de sociedades.” Capital Social e Ações: Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$500,00 (quinhentos reais), representado por 500 (quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Artigo 6º - Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas. Artigo 7º - O capital social somente será representado por ações ordinárias. Artigo 8º - Com a inscrição do nome do Acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas, fica comprovada a respectiva propriedade das ações. Assembleia Geral: Artigo 9º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social da Companhia, a fim de serem discutidos e aprovados em Assembleia Geral quando tiverem caráter obrigatório, e extraordinariamente quando quiserem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das ações emitidas pela Companhia desde que obtida a prévia e expressa autorização dos detentores dos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, nos termos dos instrumentos de emissão de referidos títulos e valores mobiliários. Artigo 4º - A Companhia tem por objeto social: (i) a aquisição e securitização de de quaisquer direitos creditórios originados por atividades empresariais e de quaisquer títulos e valores mobiliários representativos de tais direitos creditórios ou lastreados em tais direitos creditórios, direta ou indiretamente (“Créditos Mercantis”), (ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (c) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. Parágrafo Primeiro - No âmbito das securitizações de Créditos Mercantis e emissões de títulos e valores mobiliários realizadas pela Companhia, será permitida a recompra dos Créditos Mercantis por seus cedentes originais, se feita à vista e/ou de outra forma desde que obtida a prévia e expressa autorização dos detentores dos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, nos termos dos instrumentos de emissão de referidos títulos e valores mobiliários. No mesmo sentido, será permitida a substituição de Créditos Mercantis. Parágrafo Segundo - Estão incluídas no objeto social da Companhia, as seguintes atividades: (i) a gestão e administração dos Créditos Mercantis supracitados, sendo permitida a contratação de terceiros para a prestação dos serviços de gestão, administração e cobrança dos Créditos Mercantis, incluindo poderes para conceder descontos, prorrogar vencimentos ou mudar características dos Créditos Mercantis; (ii) a aquisição e alienação de títulos representativos ou lastreados em Créditos Mercantis; (iii) a emissão, recompra, revenda ou resgate de valores mobiliários de sua própria emissão nos mercados financeiro e de capitais, com lastro nos Créditos Mercantis; (iv) a prestação de serviços envolvendo a estruturação de operações de securitização dos Créditos Mercantis; (v) a realização de operações nos mercados de derivativos visando cobertura de riscos na sua carteira de créditos; e (vi) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ela emitidos. Parágrafo Terceiro - A Companhia não poderá constituir subsidiárias ou participar de outras sociedades ou grupo de sociedades.” Capital Social e Ações: Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$500,00 (quinhentos reais), representado por 500 (quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Artigo 6º - Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas. Artigo 7º - O capital social somente será representado por ações ordinárias. Artigo 8º - Com a inscrição do nome do Acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas, fica comprovada a respectiva propriedade das ações. Assembleia Geral: Artigo 9º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social da Companhia, a fim de serem discutidos e aprovados em Assembleia Geral quando tiverem caráter obrigatório, e extraordinariamente quando quiserem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das ações emitidas pela Companhia desde que obtida a prévia e expressa autorização dos detentores dos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, nos termos dos instrumentos de emissão de referidos títulos e valores mobiliários. Artigo 4º - A Companhia tem por objeto social: (i) a aquisição e securitização de de quaisquer direitos creditórios originados por atividades empresariais e de quaisquer títulos e valores mobiliários representativos de tais direitos creditórios ou lastreados em tais direitos creditórios, direta ou indiretamente (“Créditos Mercantis”), (ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (c) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. Parágrafo Primeiro - No âmbito das securitizações de Créditos Mercantis e emissões de títulos e valores mobiliários realizadas pela Companhia, será permitida a recompra dos Créditos Mercantis por seus cedentes originais, se feita à vista e/ou de outra forma desde que obtida a prévia e expressa autorização dos detentores dos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, nos termos dos instrumentos de emissão de referidos títulos e valores mobiliários. No mesmo sentido, será permitida a substituição de Créditos Mercantis. Parágrafo Segundo - Estão incluídas no objeto social da Companhia, as seguintes atividades: (i) a gestão e administração dos Créditos Mercantis supracitados, sendo permitida a contratação de terceiros para a prestação dos serviços de gestão, administração e cobrança dos Créditos Mercantis, incluindo poderes para conceder descontos, prorrogar vencimentos ou mudar características dos Créditos Mercantis; (ii) a aquisição e alienação de títulos representativos ou lastreados em Créditos Mercantis; (iii) a emissão, recompra, revenda ou resgate de valores mobiliários de sua própria emissão nos mercados financeiro e de capitais, com lastro nos Créditos Mercantis; (iv) a prestação de serviços envolvendo a estruturação de operações de securitização dos Créditos Mercantis; (v) a realização de operações nos mercados de derivativos visando cobertura de riscos na sua carteira de créditos; e (vi) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ela emitidos. Parágrafo Terceiro - A Companhia não poderá constituir subsidiárias ou participar de outras sociedades ou grupo de sociedades.” Capital Social e Ações: Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$500,00 (quinhentos reais), representado por 500 (quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Artigo 6º - Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas. Artigo 7º - O capital social somente será representado por ações ordinárias. Artigo 8º - Com a inscrição do nome do Acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas, fica comprovada a respectiva propriedade das ações. Assembleia Geral: Artigo 9º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social da Companhia, a fim de serem discutidos e aprovados em Assembleia Geral quando tiverem caráter obrigatório, e extraordinariamente quando quiserem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das ações emitidas pela Companhia desde que obtida a prévia e expressa autorização dos detentores dos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, nos termos dos instrumentos de emissão de referidos títulos e valores mobiliários. Artigo 4º - A Companhia tem por objeto social: (i) a aquisição e securitização de de quaisquer direitos creditórios originados por atividades empresariais e de quaisquer títulos e valores mobiliários representativos de tais direitos creditórios ou lastreados em tais direitos creditórios, direta ou indiretamente (“Créditos Mercantis”), (ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (c) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. Parágrafo Primeiro - No âmbito das securitizações de Créditos Mercantis e emissões de títulos e valores mobiliários realizadas pela Companhia, será permitida a recompra dos Créditos Mercantis por seus cedentes originais, se feita à vista e/ou de outra forma desde que obtida a prévia e expressa autorização dos detentores dos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, nos termos dos instrumentos de emissão de referidos títulos e valores mobiliários. No mesmo sentido, será permitida a substituição de Créditos Mercantis. Parágrafo Segundo - Estão incluídas no objeto social da Companhia, as seguintes atividades: (i) a gestão e administração dos Créditos Mercantis supracitados, sendo permitida a contratação de terceiros para a prestação dos serviços de gestão, administração e cobrança dos Créditos Mercantis, incluindo poderes para conceder descontos, prorrogar vencimentos ou mudar características dos Créditos Mercantis; (ii) a aquisição e alienação de títulos representativos ou lastreados em Créditos Mercantis; (iii) a emissão, recompra, revenda ou resgate de valores mobiliários de sua própria emissão nos mercados financeiro e de capitais, com lastro nos Créditos Mercantis; (iv) a prestação de serviços envolvendo a estruturação de operações de securitização dos Créditos Mercantis; (v) a realização de operações nos mercados de derivativos visando cobertura de riscos na sua carteira de créditos; e (vi) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ela emitidos. Parágrafo Terceiro - A Companhia não poderá constituir subsidiárias ou participar de outras sociedades ou grupo de sociedades.” Capital Social e Ações: Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$500,00 (quinhentos reais), representado por 500 (quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Artigo 6º - Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas. Artigo 7º - O capital social somente será representado por ações ordinárias. Artigo 8º - Com a inscrição do nome do Acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas, fica comprovada a respectiva propriedade das ações. Assembleia Geral: Artigo 9º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social da Companhia, a fim de serem discutidos e aprovados em Assembleia Geral quando tiverem caráter obrigatório, e extraordinariamente quando quiserem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das ações emitidas pela Companhia desde que obtida a prévia e expressa autorização dos detentores dos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, nos termos dos instrumentos de emissão de referidos títulos e valores mobiliários. Artigo 4º - A Companhia tem por objeto social: (i) a aquisição e securitização de de quaisquer direitos creditórios originados por atividades empresariais e de quaisquer títulos e valores mobiliários representativos de tais direitos creditórios ou lastreados em tais direitos creditórios, direta ou indiretamente (“Créditos Mercantis”), (ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (c) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. Parágrafo Primeiro - No âmbito das securitizações de Créditos Mercantis e emissões de títulos e valores mobiliários realizadas pela Companhia, será permitida a recompra dos Créditos Mercantis por seus cedentes originais, se feita à vista e/ou de outra forma desde que obtida a prévia e expressa autorização dos detentores dos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, nos termos dos instrumentos de emissão de referidos títulos e valores mobiliários. No mesmo sentido, será permitida a substituição de Créditos Mercantis. Parágrafo Segundo - Estão incluídas no objeto social da Companhia, as seguintes atividades: (i) a gestão e administração dos Créditos Mercantis supracitados, sendo permitida a contratação de terceiros para a prestação dos serviços de gestão, administração e cobrança dos Créditos Mercantis, incluindo poderes para conceder descontos, prorrogar vencimentos ou mudar características dos Créditos Mercantis; (ii) a aquisição e alienação de títulos representativos ou lastreados em Créditos Mercantis; (iii) a emissão, recompra, revenda ou resgate de valores mobiliários de sua própria emissão nos mercados financeiro e de capitais, com lastro nos Créditos Mercantis; (iv) a prestação de serviços envolvendo a estruturação de operações de securitização dos Créditos Mercantis; (v) a realização de operações nos mercados de derivativos visando cobertura de riscos na sua carteira de créditos; e (vi) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ela emitidos. Parágrafo Terceiro - A Companhia não poderá constituir subsidiárias ou participar de outras sociedades ou grupo de sociedades.” Capital Social e Ações: Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$500,00 (quinhentos reais), representado por 500 (quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Artigo 6º - Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas. Artigo 7º - O capital social somente será representado por ações ordinárias. Artigo 8º - Com a inscrição do nome do Acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas, fica comprovada a respectiva propriedade das ações. Assembleia Geral: Artigo 9º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social da Companhia, a fim de serem discutidos e aprovados em Assembleia Geral quando tiverem caráter obrigatório, e extraordinariamente quando quiserem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das ações emitidas pela Companhia desde que obtida a prévia e expressa autorização dos detentores dos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, nos termos dos instrumentos de emissão de referidos títulos e valores mobiliários. Artigo 4º - A Companhia tem por objeto social: (i) a aquisição e securitização de de quaisquer direitos creditórios originados por atividades empresariais e de quaisquer títulos e valores mobiliários representativos de tais direitos creditórios ou lastreados em tais direitos creditórios, direta ou indiretamente (“Créditos Mercantis”), (ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (c) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. Parágrafo Primeiro - No âmbito das securitizações de Créditos Mercantis e emissões de títulos e valores mobiliários realizadas pela Companhia, será permitida a recompra dos Créditos Mercantis por seus cedentes originais, se feita à vista e/ou de outra forma desde que obtida a prévia e expressa autorização dos detentores dos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, nos termos dos instrumentos de emissão de referidos títulos e valores mobiliários. No mesmo sentido, será permitida a substituição de Créditos Mercantis. Parágrafo Segundo - Estão incluídas no objeto social da Companhia, as seguintes atividades: (i) a gestão e administração dos Créditos Mercantis supracitados, sendo permitida a contratação de terceiros para a prestação dos serviços de gestão, administração e cobrança dos Créditos Mercantis, incluindo poderes para conceder descontos, prorrogar vencimentos ou mudar características dos Créditos Mercantis; (ii) a aquisição e alienação de títulos representativos ou lastreados em Créditos Mercantis; (iii) a emissão, recompra, revenda ou resgate de valores mobiliários de sua própria emissão nos mercados financeiro e de capitais, com lastro nos Créditos Mercantis; (iv) a prestação de serviços envolvendo a estruturação de operações de securitização dos Créditos Mercantis; (v) a realização de operações nos mercados de derivativos visando cobertura de riscos na sua carteira de créditos; e (vi) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ela emitidos. Parágrafo Terceiro - A Companhia não poderá constituir subsidiárias ou participar de outras sociedades ou grupo de sociedades.” Capital Social e Ações: Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$500,00 (quinhentos reais), representado por 500 (quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Artigo 6º - Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas. Artigo 7º - O capital social somente será representado por ações ordinárias. Artigo 8º - Com a inscrição do nome do Acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas, fica comprovada a respectiva propriedade das ações. Assembleia Geral: Artigo 9º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social da Companhia, a fim de serem discutidos e aprovados em Assembleia Geral quando tiverem caráter obrigatório, e extraordinariamente quando quiserem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das ações emitidas pela Companhia desde que obtida a prévia e expressa autorização dos detentores dos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, nos termos dos instrumentos de emissão de referidos títulos e valores mobiliários. Artigo 4º - A Companhia tem por objeto social: (i) a aquisição e securitização de de quaisquer direitos creditórios originados por atividades empresariais e de quaisquer títulos e valores mobiliários representativos de tais direitos creditórios ou lastreados em tais direitos creditórios, direta ou indiretamente (“Créditos Mercantis”), (ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (c) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. Parágrafo Primeiro - No âmbito das securitizações de Créditos Mercantis e emissões de títulos e valores mobiliários realizadas pela Companhia, será permitida a recompra dos Créditos Mercantis por seus cedentes originais, se feita à vista e/ou de outra forma desde que obtida a prévia e expressa autorização dos detentores dos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, nos termos dos instrumentos de emissão de referidos títulos e valores mobiliários. No mesmo sentido, será permitida a substituição de Créditos Mercantis. Parágrafo Segundo - Estão incluídas no objeto social da Companhia, as seguintes atividades: (i) a gestão e administração dos Créditos Mercantis supracitados, sendo permitida a contratação de terceiros para a prestação dos serviços de gestão, administração e cobrança dos Créditos Mercantis, incluindo poderes para conceder descontos, prorrogar vencimentos ou mudar características dos Créditos Mercantis; (ii) a aquisição e alienação de títulos representativos ou lastreados em Créditos Mercantis; (iii) a emissão, recompra, revenda ou resgate de valores mobiliários de sua própria emissão nos mercados financeiro e de capitais, com lastro nos Créditos Mercantis; (iv) a prestação de serviços envolvendo a estruturação de operações de securitização dos Créditos Mercantis; (v) a realização de operações nos mercados de derivativos visando cobertura de riscos na sua carteira de créditos; e (vi) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ela emitidos. Parágrafo Terceiro - A Companhia não poderá constituir subsidiárias ou participar de outras sociedades ou grupo de sociedades.” Capital Social e Ações: Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$500,00 (quinhentos reais), representado por 500 (quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Artigo 6º - Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas. Artigo 7º - O capital social somente será representado por ações ordinárias. Artigo 8º - Com a inscrição do nome do Acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas, fica comprovada a respectiva propriedade das ações. Assembleia Geral: Artigo 9º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social da Companhia, a fim de serem discutidos e aprovados em Assembleia Geral quando tiverem caráter obrigatório, e extraordinariamente quando quiserem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das ações emitidas pela Companhia desde que obtida a prévia e expressa autorização dos detentores dos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, nos termos dos instrumentos de emissão de referidos títulos e valores mobiliários. Artigo 4º - A Companhia tem por objeto social: (i) a aquisição e securitização de de quaisquer direitos creditórios originados por atividades empresariais e de quaisquer títulos e valores mobiliários representativos de tais direitos creditórios ou lastreados em tais direitos creditórios, direta ou indiretamente (“Créditos Mercantis”), (ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (c) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. Parágrafo Primeiro - No âmbito das securitizações de Créditos Mercantis e emissões de títulos e valores mobiliários realizadas pela Companhia, será permitida a recompra dos Créditos Mercantis por seus cedentes originais, se feita à vista e/ou de outra forma desde que obtida a prévia e expressa autorização dos detentores dos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, nos termos dos instrumentos de emissão de referidos títulos e valores mobiliários. No mesmo sentido, será permitida a substituição de Créditos Mercantis. Parágrafo Segundo - Estão incluídas no objeto social da Companhia, as seguintes atividades: (i) a gestão e administração dos Créditos Mercantis supracitados, sendo permitida a contratação de terceiros para a prestação dos serviços de gestão, administração e cobrança dos Créditos Mercantis, incluindo poderes para conceder descontos, prorrogar vencimentos ou mudar características dos Créditos Mercantis; (ii) a aquisição e alienação de títulos representativos ou lastreados em Créditos Mercantis; (iii) a emissão, recompra, revenda ou resgate de valores mobiliários de sua própria emissão nos mercados financeiro e de capitais, com lastro nos Créditos Mercantis; (iv) a prestação de serviços envolvendo a estruturação de operações de securitização dos Créditos Mercantis; (v) a realização de operações nos mercados de derivativos visando cobertura de riscos na sua carteira de créditos; e (vi) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ela emitidos. Parágrafo Terceiro - A Companhia não poderá constituir subsidiárias ou participar de outras sociedades ou grupo de sociedades.” Capital Social e Ações: Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$500,00 (quinhentos reais), representado por 500 (quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Artigo 6º - Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas. Artigo 7º - O capital social somente será representado por ações ordinárias. Artigo



Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As integrações dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://www.jornalodiassp.com.br/leiloes-publicidade-legal>

FORTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 - NIRE 35.300.512.944

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 218ª E 219ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA FORT SECURITIZADORA S.A.

A Forte Securitizadora S.A., companhia securitizadora, com sede na Rua Fidêncio Ramos, 213, cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 ("Securitizadora" ou "Emissora"), observando o Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 218ª e 219ª Sérias da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora ("Termo de Securitização", "Emissão" e "CRI", respectivamente), **CONVOCA** os Titulares dos CRI ("Titulares de CRI") para participarem da Assembleia Especial ("Assembleia") a ser realizada, 2ª (segunda) convocação, em 21/11/2025, às 15:30, de modo exclusivamente digital, por meio de videoconferência via plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, administrada pela Emissora, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60") e Resolução CVM 81, de 29 de abril de 2022 ("Resolução CVM 81"), cujo acesso deve ser feito por meio de link a ser encaminhado aos Titulares de CRI Credenciados (conforme definido abaixo), sem prejuízo da possibilidade de preenchimento e envio de instrução de voto a distância previamente à realização do convênio, para deliberar sobre o assunto que compõe o **Ordem do Dia**: (i) a aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 30/06/2025 ("Demonstrações Financeiras"), emitidas e apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu Website (<https://fortesec.com.br/releacao-investidor/>), sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., na qualidade de auditor independente, elaboradas conforme a Resolução CVM 60, a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e demais normas contábeis, legais e regulamentares aplicáveis; **Informações Gerais**: Quaisquer documentos e/ou informações relevantes relacionadas à Ordem do Dia e que venham a ser obtidos pela Emissora serão oportunamente disponibilizados nas páginas da rede mundial de computadores da Emissora (<https://fortesec.com.br/releacao-investidor/>) aos Titulares de CRI, para suporte às discussões e deliberações acima descritas. Ademais, a Securitizadora se coloca à disposição dos Titulares de CRI para prestar outros esclarecimentos que porventura se façam necessários, os quais poderão ser solicitados por meio de envio de comunicação ao endereço eletrônico gestao@fortesec.com.br. A Assembleia instalar-se-á, em 2ª (segunda) convocação, com a presença de qualquer número de Titulares de CRI, excluídos os Titulares de CRI que eventualmente não possuírem direito de voto conforme previsto no termo de Securitização. **Documentos de Representação**: A Assembleia será realizada por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams* para aqueles Titulares de CRI que enviarem para a Emissora, no endereço eletrônico gestao@fortesec.com.br, um documento de representação assinado por eles, em 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia Especial ("Asssembleia"), com a seguinte digitalização de documento de identidade válido com foto do Titular de CRI; (b) quando pessoa jurídica, (i) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (ii) documentos societários que comprovem a representação legal do Titular de CRI; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; (c) quando fundo de investimento, (i) último regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia Especial de Titulares de CRI; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; e (d) caso qualquer dos Titulares de CRI indicados nos itens (a) a (c) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia. **Participação na Assembleia**: A participação e votação dos Titulares de CRI se dará por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, devendo ser observados os procedimentos descritos abaixo. Para participar via plataforma eletrônica, os Titulares de CRI interessados devem entrar em contato com a Emissora no e-mail gestao@fortesec.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no e-mail agente.fiduciario@vortx.com.br, para: (i) enviar os documentos de representação necessários (especificando o nome da pessoa natural que estará presente na plataforma eletrônica), em formato PDF; e (ii) receber as credenciais de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da plataforma. O acesso via plataforma eletrônica estará restrito aos Titulares de CRI que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("Titulares de CRI Credenciados"), observado que as credenciais de acesso à Assembleia serão enviadas aos Titulares de CRI Credenciados somente após o recebimento, pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, dos respectivos documentos de representação aplicáveis. Por questões operacionais, recomenda-se que os Titulares de CRI Credenciados enviem e-mail de comunicação, conforme instruções acima, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia, ressalvado que, caso não seja possível o envio neste prazo, poderão participar da Assembleia os Titulares de CRI que o fizerem até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos. Os convites individuais para admissão e participação na Assembleia serão remetidos aos endereços de e-mail que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida no parágrafo acima (sendo remetido apenas um convite individual por Titular de CRI). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Titulares de CRI Credenciados e seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das Sociedades por Ações). Caso, após o contato com a Emissora e o Agente Fiduciário nos moldes acima mencionados, determinado Titular de CRI não receba o convite individual para participação na Assembleia com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com a Emissora pelo e-mail gestao@fortesec.com.br ou com o Agente Fiduciário pelo e-mail agente.fiduciario@vortx.com.br, com o mínimo, 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do Titular de CRI seja liberado mediante o envio de novo convite individual. A Emissora recomenda que os Titulares de CRI acessem a plataforma eletrônica com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) minutos do início da Assembleia a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Titulares de CRI Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma eletrônica para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia. A Emissora não se responsabiliza por problemas de conexão que os Titulares de CRI Credenciados venham a enfrentar ou por qualquer outra situação que não esteja sob o controle da Emissora (e.g., instabilidade na conexão do Titular de CRI com a internet ou incompatibilidade da plataforma eletrônica *Microsoft Teams* com o equipamento do Titular de CRI). **Voto a Distância**: Os Titulares de CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente instrução de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para o envio da instrução de voto a distância em sua página na rede mundial de computadores (<https://fortesec.com.br/releacao-investidor/>) e na página de rede mundial de computadores na CVM. A instrução de voto deverá (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular de CRI ou por seu representante legal, de forma eletrônica, por meio da plataforma para assinaturas eletrônicas, com ou sem certificados digitais emitidos pela IC-Brasil, (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no termo de Securitização. São Paulo, 30/10/2025. **Forte Securitizadora S.A.**

FORTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 - NIRE 35.300.512.944

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 174ª, 175ª, 176ª, 177ª, 178ª E 179ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA FORT SECURITIZADORA S.A.

A Forte Securitizadora S.A., companhia securitizadora, com sede na Rua Fidêncio Ramos, 213, cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 ("Securitizadora" ou "Emissora"), observando o Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 174ª, 175ª, 176ª, 177ª, 178ª e 179ª Sérias da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora ("Termo de Securitização", "Emissão" e "CRI", respectivamente), **CONVOCA** os Titulares dos CRI ("Titulares de CRI") para participarem da Assembleia Especial ("Assembleia") a ser realizada, 2ª (segunda) convocação, em 21/11/2025, às 14:00, de modo exclusivamente digital, por meio de videoconferência via plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, administrada pela Emissora, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60") e Resolução CVM 81, de 29 de abril de 2022 ("Resolução CVM 81"), cujo acesso deve ser feito por meio de link a ser encaminhado aos Titulares de CRI Credenciados (conforme definido abaixo), sem prejuízo da possibilidade de preenchimento e envio de instrução de voto a distância previamente à realização do convênio, para deliberar sobre o assunto que compõe o **Ordem do Dia**: (i) a aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 30/06/2025 ("Demonstrações Financeiras"), emitidas e apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu Website (<https://fortesec.com.br/releacao-investidor/>), sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., na qualidade de auditor independente, elaboradas conforme a Resolução CVM 60, a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e demais normas contábeis, legais e regulamentares aplicáveis; (ii) aprovar a alteração do Termo de Securitização para as convocações de Assembleias Gerais, posar o critério da Emissora, (iii) aprovar a implementação da operação, **Informações Gerais**: Quaisquer documentos e/ou informações relevantes relacionadas à Ordem do Dia e que venham a ser obtidos pela Emissora serão oportunamente disponibilizados nas páginas da rede mundial de computadores da Emissora (<https://fortesec.com.br/releacao-investidor/>) aos Titulares de CRI, para suporte às discussões e deliberações acima descritas. Ademais, a Securitizadora se coloca à disposição dos Titulares de CRI para prestar outros esclarecimentos que porventura se façam necessários, os quais poderão ser solicitados por meio de envio de comunicação ao endereço eletrônico gestao@fortesec.com.br. A Assembleia instalar-se-á, em 2ª (segunda) convocação, com a presença de qualquer número de Titulares de CRI, excluídos os Titulares de CRI que eventualmente não possuírem direito de voto conforme previsto no termo de Securitização. **Documentos de Representação**: A Assembleia será realizada por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams* para aqueles Titulares de CRI que enviarem para a Emissora, no endereço eletrônico gestao@fortesec.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no endereço eletrônico agente.fiduciario@vortx.com.br, para: (i) enviar os documentos de representação necessários (especificando o nome da pessoa natural que estará presente na plataforma eletrônica), em formato PDF; e (ii) receber as credenciais de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da plataforma. O acesso via plataforma eletrônica estará restrito aos Titulares de CRI que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("Titulares de CRI Credenciados"), observado que as credenciais de acesso à Assembleia serão enviadas aos Titulares de CRI Credenciados somente após o recebimento, pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, dos respectivos documentos de representação aplicáveis. Por questões operacionais, recomenda-se que os Titulares de CRI Credenciados enviem e-mail de comunicação, conforme instruções acima, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia, ressalvado que, caso não seja possível o envio neste prazo, poderão participar da Assembleia os Titulares de CRI que o fizerem até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos. Os convites individuais para admissão e participação na Assembleia serão remetidos aos endereços de e-mail que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida no parágrafo acima (sendo remetido apenas um convite individual por Titular de CRI). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Titulares de CRI Credenciados e seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das Sociedades por Ações). Caso, após o contato com a Emissora e o Agente Fiduciário nos moldes acima mencionados, determinado Titular de CRI não receba o convite individual para participação na Assembleia com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com a Emissora pelo e-mail gestao@fortesec.com.br ou com o Agente Fiduciário pelo e-mail agente.fiduciario@vortx.com.br, com o mínimo, 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do Titular de CRI seja liberado mediante o envio de novo convite individual. A Emissora recomenda que os Titulares de CRI acessem a plataforma eletrônica com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) minutos do início da Assembleia a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Titulares de CRI Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma eletrônica para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia. A Emissora não se responsabiliza por problemas de conexão que os Titulares de CRI Credenciados venham a enfrentar ou por qualquer outra situação que não esteja sob o controle da Emissora (e.g., instabilidade na conexão do Titular de CRI com a internet ou incompatibilidade da plataforma eletrônica *Microsoft Teams* com o equipamento do Titular de CRI). **Voto a Distância**: Os Titulares de CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente instrução de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para o envio da instrução de voto a distância em sua página na rede mundial de computadores (<https://fortesec.com.br/releacao-investidor/>) e na página de rede mundial de computadores na CVM. A instrução de voto deverá (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular de CRI ou por seu representante legal, de forma eletrônica, por meio da plataforma para assinaturas eletrônicas, com ou sem certificados digitais emitidos pela IC-Brasil, (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no termo de Securitização. São Paulo, 30/10/2025. **Forte Securitizadora S.A.**

EDITAL DE CITAÇÃO, Processo Digital nº: 10157333-37.2024.8.26.0005. Classe: Assunto: Monitoria - Duplicata. Requerente: Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A. Requerido: Sinea Guaxaraim Minimizado Eireli. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1015733-37.2024.8.26.0005. OIA (MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). ADRIANA BERTIERI BENEDETTO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Sinea Guaxaraim Minimizado Eireli, CNPJ nº 30.86594000173, que lhe foi proposta uma ação de Monitoria por parte do Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A, para o pagamento do valor de R\$ 39.881,27 (trinta e nove mil e oitenta e oito reais e dez centavos), decorrente das Notas Fiscais nºs NF 007805452-15, NF 007805453-15, NF 007805454-15, NF 007805455-15, NF 007805456-15, NF 007805457-15, NF 007805458-15, NF 007805459-15, NF 007805460-15, NF 007805461-15, NF 007805462-15, NF 007805463-15, NF 007805464-15, NF 007805465-15, NF 007805466-15, NF 007805467-15, NF 007805468-15, NF 007805469-15, NF 007805470-15, NF 007805471-15 e NF 007805472-15. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito (lancando senha de custos processuais), anexo de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 70 do CPC), ou ofereça embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado excoutivo. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador ad hoc e passado prosseguimento ao feito, nos moldes do artigo 257, IV do CPC. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e registrado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de outubro de 2025.

FORTE SECURITIZAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ/ME nº 21.567.223/0001-05 - NIRE 35.2.3053812-3

EDITAL DE SOCIEDADE DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Forte Securitização e Participações Ltda., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME nº 21.567.223/0001-05 e com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.230.938.123, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fidêncio Ramos, nº 213, Cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010 neste ato representada por seus administradores, Sra. Juliana Melo Esteves Pereira, brasileira, nascida em 08 de dezembro de 1987, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 13.741.396 e inscrita no CPF/MF sob nº 089.814.446-92 e Sr. Rodrigo Luiz Camargo Ribeiro, brasileiro, nascido em 03 de junho de 1984, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 33.938.655-1 e inscrito no CPF/MF sob nº 226.631.328-29, ambos residentes e domiciliados na Rua Flaminópolis, nº 143, Cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010 neste ato representada por seus administradores, Sra. Juliana Melo Esteves Pereira, brasileira, nascida em 08 de dezembro de 1987, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 13.741.396 e inscrita no CPF/MF sob nº 089.814.446-92 e Sr. Rodrigo Luiz Camargo Ribeiro, brasileiro, nascido em 03 de junho de 1984, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 33.938.655-1 e inscrito no CPF/MF sob nº 226.631.328-29, ambos residentes e domiciliados na Rua Flaminópolis, nº 143, Cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010 neste ato representada por seus administradores, Sra. Juliana Melo Esteves Pereira, brasileira, nascida em 08 de dezembro de 1987, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 13.741.396 e inscrita no CPF/MF sob nº 089.814.446-92 e Sr. Rodrigo Luiz Camargo Ribeiro, brasileiro, nascido em 03 de junho de 1984, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 33.938.655-1 e inscrito no CPF/MF sob nº 226.631.328-29, ambos residentes e domiciliados na Rua Flaminópolis, nº 143, Cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010 neste ato representada por seus administradores, Sra. Juliana Melo Esteves Pereira, brasileira, nascida em 08 de dezembro de 1987, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 13.741.396 e inscrita no CPF/MF sob nº 089.814.446-92 e Sr. Rodrigo Luiz Camargo Ribeiro, brasileiro, nascido em 03 de junho de 1984, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 33.938.655-1 e inscrito no CPF/MF sob nº 226.631.328-29, ambos residentes e domiciliados na Rua Flaminópolis, nº 143, Cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010 neste ato representada por seus administradores, Sra. Juliana Melo Esteves Pereira, brasileira, nascida em 08 de dezembro de 1987, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 13.741.396 e inscrita no CPF/MF sob nº 089.814.446-92 e Sr. Rodrigo Luiz Camargo Ribeiro, brasileiro, nascido em 03 de junho de 1984, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 33.938.655-1 e inscrito no CPF/MF sob nº 226.631.328-29, ambos residentes e domiciliados na Rua Flaminópolis, nº 143, Cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010 neste ato representada por seus administradores, Sra. Juliana Melo Esteves Pereira, brasileira, nascida em 08 de dezembro de 1987, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 13.741.396 e inscrita no CPF/MF sob nº 089.814.446-92 e Sr. Rodrigo Luiz Camargo Ribeiro, brasileiro, nascido em 03 de junho de 1984, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 33.938.655-1 e inscrito no CPF/MF sob nº 226.631.328-29, ambos residentes e domiciliados na Rua Flaminópolis, nº 143, Cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010 neste ato representada por seus administradores, Sra. Juliana Melo Esteves Pereira, brasileira, nascida em 08 de dezembro de 1987, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 13.741.396 e inscrita no CPF/MF sob nº 089.814.446-92 e Sr. Rodrigo Luiz Camargo Ribeiro, brasileiro, nascido em 03 de junho de 1984, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 33.938.655-1 e inscrito no CPF/MF sob nº 226.631.328-29, ambos residentes e domiciliados na Rua Flaminópolis, nº 143, Cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010 neste ato representada por seus administradores, Sra. Juliana Melo Esteves Pereira, brasileira, nascida em 08 de dezembro de 1987, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 13.741.396 e inscrita no CPF/MF sob nº 089.814.446-92 e Sr. Rodrigo Luiz Camargo Ribeiro, brasileiro, nascido em 03 de junho de 1984, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 33.938.655-1 e inscrito no CPF/MF sob nº 226.631.328-29, ambos residentes e domiciliados na Rua Flaminópolis, nº 143, Cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010 neste ato representada por seus administradores, Sra. Juliana Melo Esteves Pereira, brasileira, nascida em 08 de dezembro de 1987, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 13.741.396 e inscrita no CPF/MF sob nº 089.814.446-92 e Sr. Rodrigo Luiz Camargo Ribeiro, brasileiro, nascido em 03 de junho de 1984, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 33.938.655-1 e inscrito no CPF/MF sob nº 226.631.328-29, ambos residentes e domiciliados na Rua Flaminópolis, nº 143, Cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010 neste ato representada por seus administradores, Sra. Juliana Melo Esteves Pereira, brasileira, nascida em 08 de dezembro de 1987, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 13.741.396 e inscrita no CPF/MF sob nº 089.814.446-92 e Sr. Rodrigo Luiz Camargo Ribeiro, brasileiro, nascido em 03 de junho de 1984, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 33.938.655-1 e inscrito no CPF/MF sob nº 226.631.328-29, ambos residentes e domiciliados na Rua Flaminópolis, nº 143, Cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010 neste ato representada por seus administradores, Sra. Juliana Melo Esteves Pereira, brasileira, nascida em 08 de dezembro de 1987, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 13.741.396 e inscrita no CPF/MF sob nº 089.814.446-92 e Sr. Rodrigo Luiz Camargo Ribeiro, brasileiro, nascido em 03 de junho de 1984, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 33.938.655-1 e inscrito no CPF/MF sob nº 226.631.328-29, ambos residentes e domiciliados na Rua Flaminópolis, nº 143, Cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010 neste ato representada por seus administradores, Sra. Juliana Melo Esteves Pereira, brasileira, nascida em 08 de dezembro de 1987, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 13.741.396 e inscrita no CPF/MF sob nº 089.814.446-92 e Sr. Rodrigo Luiz Camargo Ribeiro, brasileiro, nascido em 03 de junho de 1984, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 33.938.655-1 e inscrito no CPF/MF sob nº 226.631.328-29, ambos residentes e domiciliados na Rua Flaminópolis, nº 143, Cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010 neste ato representada por seus administradores, Sra. Juliana Melo Esteves Pereira, brasileira, nascida em 08 de dezembro de 1987, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 13.741.396 e inscrita no CPF/MF sob nº 089.814.446-92 e Sr. Rodrigo Luiz Camargo Ribeiro, brasileiro, nascido em 03 de junho de 1984, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 33.938.655-1 e inscrito no CPF/MF sob nº 226.631.328-29, ambos residentes e domiciliados na Rua Flaminópolis, nº 143, Cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010 neste ato representada por seus administradores, Sra. Juliana Melo Esteves Pereira, brasileira, nascida em 08 de dezembro de 1987, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 13.741.396 e inscrita no CPF/MF sob nº 089.814.446-92 e Sr. Rodrigo Luiz Camargo Ribeiro, brasileiro, nascido em 03 de junho de 1984, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 33.938.655-1 e inscrito no CPF/MF sob nº 226.631.328-29, ambos residentes e domiciliados na Rua Flaminópolis, nº 143, Cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010 neste ato representada por seus administradores, Sra. Juliana Melo Esteves Pereira, brasileira, nascida em 08 de dezembro de 1987, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 13.741.396 e inscrita no CPF/MF sob nº 089.814.446-92 e Sr. Rodrigo Luiz Camargo Ribeiro, brasileiro, nascido em 03 de junho de 1984, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 33.938.655-1 e inscrito no CPF/MF sob nº 226.631.328-29, ambos residentes e domiciliados na Rua Flaminópolis, nº 143, Cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010 neste ato representada por seus administradores, Sra. Juliana Melo Esteves Pereira, brasileira, nascida em 08 de dezembro de 1987, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 13.741.396 e inscrita no CPF/MF sob nº 089.814.446-92 e Sr. Rodrigo Luiz Camargo Ribeiro, brasileiro, nascido em 03 de junho de 1984, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 33.938.655-1 e inscrito no CPF/MF sob nº 226.631.328-29, ambos residentes e domiciliados na Rua Flaminópolis, nº 143, Cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010 neste ato representada por seus administradores, Sra. Juliana Melo Esteves Pereira, brasileira, nascida em 08 de dezembro de 1987, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 13.741.396 e inscrita no CPF/MF sob nº 089.814.446-92 e Sr. Rodrigo Luiz Camargo Ribeiro, brasileiro, nascido em 03 de junho de 1984, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 33.938.655-1 e inscrito no CPF/MF sob nº 226.631.328-29, ambos residentes e domiciliados na Rua Flaminópolis, nº 143, Cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010 neste ato representada por seus administradores, Sra. Juliana Melo Esteves Pereira, brasileira, nascida em 08 de dezembro de 1987, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 13.741.396 e inscrita no CPF/MF sob nº 089.814.446-92 e Sr. Rodrigo Luiz Camargo Ribeiro, brasileiro, nascido em 03 de junho de 1984, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 33.938.655-1 e inscrito no CPF/MF sob nº 226.631.328-29, ambos residentes e domiciliados na Rua Flaminópolis, nº 143, Cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010 neste ato representada por seus administradores, Sra. Juliana Melo Esteves Pereira, brasileira, nascida em 08 de dezembro de 1987, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 13.741.396 e inscrita no CPF/MF sob nº 089.814.446-92 e Sr. Rodrigo Luiz Camargo Ribeiro, brasileiro, nascido em 03 de junho de 1984, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 33.938.655-1 e inscrito no CPF/MF sob nº 226.631.328-29, ambos residentes e domiciliados na Rua Flaminópolis, nº 143, Cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010 neste ato representada por seus administradores, Sra. Juliana Melo Esteves Pereira, brasileira, nascida em 08 de dezembro de 1987, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 13.741.396 e inscrita no CPF/MF sob nº 089.814.446-92 e Sr. Rodrigo Luiz Camargo Ribeiro, brasileiro, nascido em 03 de junho de 1984, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 33.938.655-1 e inscrito no CPF/MF sob nº 226.631.328-29, ambos residentes e domiciliados na Rua Flaminópolis, nº 143, Cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010 neste ato representada por seus administradores, Sra. Juliana Melo Esteves Pereira, brasileira, nascida em 08 de dezembro de 1987, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 13.741.396 e inscrita no CPF/MF sob nº 089.814.446-92 e Sr. Rodrigo Luiz Camargo Ribeiro, brasileiro, nascido em 03 de junho de 1984, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 33.938.655-1 e inscrito no CPF/MF sob nº 226.631.328-29, ambos residentes e domiciliados na Rua Flaminópolis, nº 143, Cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010 neste ato representada por seus administradores, Sra. Juliana Melo Esteves Pereira, brasileira, nascida em 08 de dezembro de 1987, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 13.741.396 e inscrita no CPF/MF sob nº 089.814.446-92 e Sr. Rodrigo Luiz Camargo Ribeiro, brasileiro, nascido em 03 de junho de 1984, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 33.938.655-1 e inscrito no CPF/MF sob nº 226.631.328-29, ambos residentes e domiciliados na Rua Flaminópolis, nº 143, Cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010 neste ato representada por seus administradores, Sra. Juliana Melo Esteves Pereira, brasileira, nascida em 08 de dezembro de 1987, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 13.741.396 e inscrita no CPF/MF sob nº 089.814.446-92 e Sr. Rodrigo Luiz Camargo Ribeiro, brasileiro, nascido em 03 de junho de 1984, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 33.938.655-1 e inscrito no CPF/MF sob nº 226.631.328-29, ambos residentes e domiciliados na Rua Flaminópolis, nº 143, Cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010 neste ato representada por seus administradores, Sra. Juliana Melo Esteves Pereira, brasileira, nascida em 08 de dezembro de 1987, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 13.741.396 e inscrita no CPF/MF sob nº 089.814.446-92 e Sr. Rodrigo Luiz Camargo Ribeiro, brasileiro, nascido em 03 de junho de 1984, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 33.938.655-1 e inscrito no CPF/MF sob nº 226.631.328-29, ambos residentes e domiciliados na Rua Flaminópolis, nº 143, Cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010 neste ato representada por seus administradores, Sra. Juliana Melo Esteves Pereira, brasileira, nascida em 08 de dezembro de 1987, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 13.741.396 e inscrita no CPF/MF sob nº 089.814.446-92 e Sr. Rodrigo Luiz Camargo Ribeiro, brasileiro, nascido em 03 de junho de 1984, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 33.938.655-1 e inscrito no CPF/MF sob nº 226.631.328-29, ambos residentes e domiciliados na Rua Flaminópolis, nº 143, Cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010 neste ato representada por seus administradores, Sra. Juliana Melo Esteves Pereira, brasileira, nascida em 08 de dezembro de 1987, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 13.741.396 e inscrita no CPF/MF sob nº 089.814.446-92 e Sr. Rodrigo Luiz Camargo Ribeiro, brasileiro, nascido em 03 de junho de 1984, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 33.938.655-1 e inscrito no CPF/MF sob nº 226.631.328-29, ambos residentes e domiciliados na Rua Flaminópolis, nº 143, Cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010 neste ato representada por seus administradores, Sra. Juliana Melo Esteves Pereira, brasileira, nascida em 08 de dezembro de 1987, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 13.741.396 e inscrita no CPF/MF sob nº 089.814.446-92 e Sr. Rodrigo Luiz Camargo Ribeiro, brasileiro, nascido em 03 de junho de 1984, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 33.938.655-1 e inscrito no CPF/MF sob nº 226.631.328-29, ambos residentes e domiciliados na Rua Flaminópolis, nº 143, Cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010 neste ato representada por seus administradores, Sra. Juliana Melo Esteves Pereira, brasileira, nascida em 08 de dezembro de 1987, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 13.741.396 e inscrita no CPF/MF sob nº 089.814.446-92 e Sr. Rodrigo Luiz Camargo Ribeiro, brasileiro, nascido em 03 de junho de 1984, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 33.938.655-1 e inscrito no CPF/MF sob nº 226.631.328-29, ambos residentes e domiciliados na Rua Flaminópolis, nº 143, Cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010 neste ato representada por seus administradores, Sra. Juliana Melo Esteves Pereira, brasileira, nascida em 08 de dezembro de 1987, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG SSP/MC sob nº 13.741.396 e inscrita no CPF

Cascavel de Ouro tem as primeiras movimentações

A 39ª edição da Cascavel de Ouro começou a movimentar o Autódromo Internacional Zilmar Beux na quarta-feira (29), com a realização dos treinos extras. A prova, marcada para o dia 1º de novembro, abre as comemorações pelos 74 anos de Cascavel e reunirá 59 carros da categoria Gold Turismo em mais uma corrida noturna com três horas de duração. A primeira neste formato foi realizada em 2024.

O primeiro carro a entrar na pista foi o Corsa número 37, pilotado por Felipe Malinowski dos Santos, que inaugurou as voltas de reconhecimento. As equipes aproveitaram a sessão extra desta tarde para realizar os primeiros ajustes e testes nos carros, enquanto os boxes registraram intensa movimentação com montagem e descarga de equipamentos nos preparativos finais para o evento.

Os treinos oficiais tiveram início na quinta-feira (30), com atividades em pista das 8h30 às 20h40. Na sexta (31), seguem as sessões de treinos e tomadas de tempo que definem o grid de largada das provas. A programação se esten-

de até sábado, com disputas das cinco corridas das categorias Copa Hyundai HB20, Race Cup e Copa FRUM Gold Classic, antes da largada da Cascavel de Ouro, que contará com a participação dos carros da Cascavel de Ouro Light. A largada está prevista para as 20h.

A 39ª edição da prova mais tradicional do automobilismo brasileiro será transmitida ao vivo pelo BandSports, CATVE e TV Paraná Turismo, além dos canais Gold Racing, Race TV, BandSports, High Speed e Parc Fermê no YouTube.

Ingressos e credenciais

O Camarote VIP oferece experiência completa com vista para o pit lane, menu assinado pela chef Beatrice Massaro, open bar e *gift bag*. Os ingressos Box, Arquibancada e Área Externa garantem acesso a diferentes pontos do autódromo. O Box permite circulação nos boxes, a Arquibancada oferece visão privilegiada do “S”, na arquibancada de concreto na parte interna. O ingresso Área Externa é a opção mais acessível, com entrada liberada para churrascarias, alimentos e bebidas.

Campeonato Brasileiro de Kart Rotax: Campeões de 2025 serão conhecidos neste sábado

Os treinos para a 9ª edição do Campeonato Brasileiro de Kart Rotax já tiveram início na quarta-feira (29) no Kartódromo Internacional Granja Viana, em Cotia (SP). São 59 inscrições (veja a lista completa aqui: Inscrições Rotax), com os pilotos na briga por títulos em oito categorias.

Com organização da Confederação Brasileira de Automobilismo (CBA), em parceria com a Federação de Automobilismo de São Paulo (FASP), a disputa segue nesta quinta e sexta-feira (30 e 31) com as tomadas de tempo, Classificatórias e as Super Classificatórias. No sábado (1º), as Finais terão início às 9h30. A partir de quinta, as corridas podem ser acompanhadas ao vivo pelo YouTube CBA Kart (https://www.youtube.com/@cba_kart). O live timing estará disponível no aplicativo Race Monitor.

As categorias em disputa na 9ª edição do Brasileiro de Kart Rotax são: Micro Max, Mini Max, Júnior Max, Max, Max Master, Max Super Sênior, DD2 e DD2 Master.

Entre os inscritos está o paulista Adriano Amaral (Max Super Sênior), que conquistou no último sábado o terceiro lugar no



Foto: Fábio Oliveira

Brasileiro de Kart Rotax terá disputa por 8 títulos

Sul-americano de Kart Rotax, disputado no kartódromo Cotopaxi, no Equador. Como prêmio, ele foi selecionado para disputar o Mundial da categoria no final de novembro e início de dezembro no Bahrein.

Três dos sete campeões do Brasileiro de Rotax de 2024 também estão confirmados e brigam por novos títulos. Pietro Belizário, atual campeão na Micro Max, buscará o bicampeonato na categoria e também está inscrito

na Mini. Francisco Rocha, campeão de 2024 na Mini, disputará agora a Júnior Max. E Eduardo Salomonde, vencedor da Júnior no ano passado, busca o bicampeonato na categoria.

Entre os campeões nacionais deste ano, Rafael Croce (campeão da Regional Cup na OKN), Matias Dominguez (campeão da Regional Cup na Mini) e Murilo Dominguez (campeão da Copa Brasil na Mini) também estarão na briga



Foto: Vanderley Soares

Boxes movimentados no primeiro dia da programação em Cascavel

Após as corridas e a cerimônia de pódio, o público poderá curtir o show de Flávio Aquino e banda, que acompanhará a maior churrascada do automobilismo brasileiro. Serão preparados cerca de 40 costelões bovinos, pan-ceta e acompanhamentos, além de chope, refrigerante e água. A churrascada estará sob o comando de Arthur Scotton, referência em churrasco e responsável por grandes eventos gastronômicos

no Paraná e em outros estados. O acesso ao show será independente, e as pulseiras podem ser adquiridas no site da Eventos Aqui ou no local por R\$ 65.

O evento é realizado por Maso Sports, Automóvel Clube de Cascavel e Gold Racing e conta com apoio da Secretaria de Turismo do Estado do Paraná, da Stelmol Molas Industriais, da Maso Alimentos, da Guatá Madeiras e do COMTUR.

no Brasileiro de Rotax.

Outros destaques são o tetracampeão brasileiro Alberto Cattucci, que estará na DD2 Master e Max Master; os tricampeões brasileiros Lucas Zacante (DD2 Master) e Lucca Croce (Max Master) também estão confirmados; assim como os bicampeões brasileiros Pedro Campos (Micro e Mini Max) e Theo Margado (Mini).

Representando as mulheres no evento, Marcella Assumpção disputará a Júnior Max e Marina Brandão a Micro Max.

Para conferir a programação e regulamento, acesse:

Programação: <https://cba.org.br/upload/downloads/1596/programacao-oficial-versao-i-9-campeonato-brasileiro-de-kart-rotax-2025-.pdf>
Regulamento: <https://cba.org.br/campeonato/downloads/304/845/2025>

Os campeonatos de kart organizados pela CBA (Brasileiro e Copa Brasil) contam com o patrocínio do Banco BRB e MG Pneus, o “Patrocinador Máster do Automobilismo Brasileiro”.

Mais informações, acesse: www.cba.org.br

Brasília se transforma na capital brasileira de três modalidades gímnicas

O público de Brasília que aprecia esporte terá a oportunidade, nesta semana, de acompanhar três modalidades gímnicas: Ginástica Aeróbica, Ginástica Acrobática e Parkour.

Na quinta-feira (30) começou a fase qualificatória do Campeonato Brasileiro Loterias CAIXA de Ginástica Aeróbica, que será realizado em paralelo com o Torneio Nacional, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB). Segundo Kátia Lemos, coordenadora do Comitê Técnico de GAE da CBG, no Brasileiro da modalidade foram inscritos 150 atletas; 15 clubes estarão representados. Do Nacional farão parte 60 ginastas; 11 clubes foram inscritos. Os estados de Rondônia, Pará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina participam dos eventos de aeróbica de Brasília.

O mesmo CICB receberá mais uma edição do Campeonato Brasileiro Loterias CAIXA de Ginástica Acrobática e o Torneio Nacional da modalidade. A fase qualificatória do Brasileiro de GAC iniciou na quinta-feira (30). As finais estão programadas para a manhã de domingo (2). Haverá 532 atletas da ginástica acrobática envolvidos no evento.

Brasília tem tradição e peso na modalidade. “É um polo importante da Ginástica Acrobática do Brasil”, diz Márcia Janete Nunes Colognese, coordenadora do Comitê Técnico de GAC da Confederação Brasileira de Ginástica. “O Distrito Federal tem presença significativa na modalidade, com vários clubes que oferecem treinamento, cobrindo desde a iniciação até o alto nível”, acrescenta a espe-

cialista. “Alguns clubes de Brasília participam até de campeonatos internacionais. Posso citar Agra, Akros, CID de Sobradinho, Gadita, Centro Olímpico da Estrutural”.

Colognese se empolga com a oportunidade de realização da competição em Brasília. “É um local com excelente infraestrutura e localização central, o que facilita o acesso de delegações provenientes de todas as regiões do Brasil”.

Brasília vai receber também a primeira edição do Campeonato Brasileiro Loterias CAIXA de Parkour. As qualificatórias estão programadas para sábado (1º), e as finais serão no dia seguinte.

A coordenadora do Comitê Técnico de Parkour da CBG, Andréa João, manifestou seu contentamento. “Vamos fazer história com a realização do I Campeonato Brasileiro de Parkour”.

Haverá 35 atletas de parkour em ação, distribuídos pelas categorias infantil, juvenil e adulta. Três unidades da Federação estarão representadas: Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro. “Nosso objetivo, nessa primeira competição, é conhecer os atletas que treinam parkour no Brasil. Vamos saber de onde eles vêm e aferir qual o nível técnico no qual se situam no momento. Será a oportunidade de colocarmos em prática o primeiro regulamento específico da modalidade. A partir daí nós vamos aperfeiçoá-lo, de forma que possamos massificar o parkour no Brasil, além de ajudar os treinadores na preparação para futuras competições. E selecionaremos os atletas que representarão o Brasil no cenário internacional”, acrescenta Andréa.

Mit Cup recebe FIA Girls on Track Brasil Estágio em Motorsports

Nesta quinta-feira, 30, começa o quinto e último FIA Girls on Track Brasil Estágio em Motorsports de 2025, realizado pela CFA (Comissão Nacional Feminina de Automobilismo) da CBA (Confederação Brasileira de Automobilismo), na sexta e penúltima etapa da Mitsubishi Cup, em São João da Boa Vista, no interior paulista. Participam nove estudantes de engenharia distribuídas em cinco equipes e uma jornalista, vindas dos estados de Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo.

Esta é a terceira vez que a Mit Cup recebe o Estágio em Motorsports, e em 2024 recebeu também o time feminino da FIA Girls on Track Brasil (FIA GOT BR) para correr no Mitsubishi Eclipse Cross R #61 da equipe Spinelli Racing. E é a segunda vez que a SAE Mulheres, da SAE Brasil, braço nacional da Society of Automotive Engineers, apoia a realização desse estágio.

Parceria – “A SAE Mulheres tem o projeto Acelerando com Elas, por Mitsubishi Motors, e uma das atividades deste projeto é presencial na Mit Cup. Como temos o mesmo objetivo de incentivar mulheres no motorsport, juntamos forças nessa parceria. Ajudamos a selecionar estudantes de engenharia que fazem parte dos programas estudentis da SAE BRASIL (Fórmula SAE, Baja, Aerodesign, H2 Challenge e EletroQuad) e conseguimos viabilizar a hospedagem das meninas, o que facilita a participação das estudantes”, explica Daniela Lucchese, coordenadora da SAE Mulheres.

Peso diferenciado – Coordenadora do Estágio em Motorsports, integrante da CFA e da FIA GOT BR, e co-coordenadora do projeto Acelerando com Elas, a engenheira Rachel Loh está animada. Será

sua primeira vez na Mit Cup, pois nos anos anteriores a data coincidiu com corridas da Stock Car, em que é engenheira da AMattheis Racing.

Mulher em qualquer posto – Guiga Spinelli, diretor geral da Mit Cup, sempre em busca de atrair novos talentos, enfoca a motivação do apoio à CFA pelo mesmo ângulo, como uma forma de incubadora. “O projeto FIA Girls On Track é extremamente importante no que diz respeito ao incentivo ao ingresso de mulheres em qualquer segmento do esporte a motor. Sabemos que as mulheres têm toda capacidade para ocupar qualquer posto. A Mit Cup sempre teve presença feminina expressiva e com essa parceria com a FIA GOT BR há chance ainda maior de fomentar a presença de mais mulheres no nosso campeonato. A experiência que tivemos nos anos passados já comprovou isso”, diz ele, que também é CEO da equipe Spinelli Racing.

Baita sucesso – Bia Figueiredo, presidente da CFA – criada por Giovanni Guerra, presidente da CBA, em 2023 – e comandante da FIA Girls on Track Brasil desde 2021, faz balanço positivo do Estágio em Motorsports: “Neste ano realizamos cinco estágios, na Porsche Cup, na Stock Car, na Endurance Brasil, na Copa Truck e agora na Mit Cup. Esse projeto é um baita sucesso. Vemos cada vez mais meninas trabalhando em equipes e categorias do automobilismo, mostrando que nosso estágio é um ótimo pontapé inicial para a carreira delas em motorsports”.

As estagiárias e suas equipes
Beatriz Capistrano Bardenn – **Equipe de comunicação da CFA**, cobrirá o evento para o Instagram @cfabrasil. Paulistana de 27 anos,

residente em São Paulo, formada em jornalismo pela Universidade Anhembi Morumbi, faz pós-graduação em gestão de comunicação e marketing na USP (Universidade de São Paulo), coordena a equipe de comunicação da etapa brasileira do FIA WEC, Rolex 6 horas de São Paulo.

Bruna Batista dos Santos, engenharia – GP Racing: Nascida em Barueri, residente em Sorocaba, no estado de São Paulo, 20 anos, é técnica em automação industrial e está no sexto período de engenharia mecânica na UNIP (Universidade Paulista). Participa da UNIP Racing, equipe de Fórmula SAE, em criação para competir a partir de 2026.

Camila Rodrigues Santa Rosa da Cunha, engenharia – Spinelli Racing: Paulistana residente em São Paulo, 20 anos, está no terceiro ano de engenharia mecânica da Escola Politécnica da USP. Participa da Equipe Poli Racing, de Fórmula SAE, em que é coordenadora de frame body, responsável por organizar parte da equipe que realiza os projetos aerodinâmicos e de chassis.

Catharina Victoria Guerra, engenharia – Spinelli Racing: Paulistana residente em São Paulo, 20 anos, cursa o quarto semestre de engenharia mecânica automobilística da FEI (Faculdade de Engenharia Industrial). Faz parte da Equipe Fórmula FEI que compete na Fórmula SAE.

Larissa Aires Leão Ribeiro, engenharia – Pro Macchina: De Campina Grande (PB), onde vive, 21 anos, está no sétimo período de engenharia mecânica na UFCG (Universidade Federal de Campina Grande). Fez parte da Parahy Baja, equipe de Baja SAE, por dois anos e meio, foi líder de power train, e há seis meses está no projeto Baja Híbrido, parceria da UFCG com a Ba-



Bia Figueiredo e Daniela Lucchese no Estágio em Motorsports na Mit Cup 2024

terias Moura, com participantes da Fórmula SAE e do Baja SAE, em que também é líder de power train.

Patrícia Duarte da Mota Porto, engenharia – Pro Macchina: Nativa de Brasília, residente na capital federal, 25 anos, faz o sétimo período de engenharia mecânica na UnB (Universidade de Brasília). É capitã da Equipe Piratas do Cerrado no Baja SAE, fez parte das áreas de suspensão e direção. Trabalha com análise de dados em agência de publicidade responsável pelas redes do CONFEA (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia).

Pétala Betânia dos Nascimento Santos, engenharia – Accert Competições: Nativa de São Domingos do Maranhão (MA), residente em São Carlos (SP), 23 anos, cursa o sétimo período de engenharia mecânica na EESC-USP (Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo). Foi da Equipe Tractian Baja SAE de 2022 a 2024, atuando no desenvolvimento, montagem e manutenção do

carro, tendo sido chefe de CVT e transmissão 4x2 de 2023 a 2024. **Rafaela Ribeiro Silva, engenharia – Accert Competições:** Mineira de Uberaba, moradora de Juiz de Fora (MG), 23 anos, está no quarto ano de engenharia de produção na Universidade Federal de Juiz de Fora. Participou do Baja SAE com a Equipe Zebu Baja.

Samantha da Silva Castro, engenharia – Avaut: Fluminense de Saquarema, reside em São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, 25 anos, cursa o sexto período de engenharia mecânica na UFF (Universidade Federal Fluminense). Foi da Faraday E-Racing, de Fórmula SAE Elétrico, participou da Liga Estudantil de Mercado Financeiro Athos, da UFF, e atualmente é bolsista de iniciação científica da FAPERJ (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), pesquisando metalurgia física de aços inoxidáveis.

Samara Santos Caetano, engenharia – Avaut: Curitibaana residen-

te na capital do Paraná, 20 anos, está no quinto período de engenharia da UFPR (Universidade Federal do Paraná). É capitã da Equipe Saguí Baja, de que faz parte desde 2023, participando das competições Baja SAE Nacional e Regional Sul.

Patrocínio – O FIA Girls on Track Brasil Estágio em Motorsports tem patrocínio da FIA, da CBA, do BRB e da Porto.

Sobre CFA e FIA Girls on Track Brasil – Com o objetivo de aumentar a presença de mulheres no automobilismo, nas pistas e em todas as funções do motorsport, a Comissão Nacional Feminina de Automobilismo (CFA) da CBA desenvolve ações em diversas áreas e vários formatos com o selo FIA Girls on Track Brasil.

Em 2025, até agora, foram realizados os módulos técnico e de comunicação da série de aulas e palestras online Imersão para Mulheres em Motorsport, em parceria com a Equipe AMattheis Motorsport; Estágio em Motorsports na Porsche Cup, na Stock Car, na Endurance Brasil, na Copa Truck, e agora na Mitsubishi Cup; a FIA GOT BR Seletiva de Kart; a Experiência para Estudantes na Porsche Cup e na FIA WEC; a segunda edição mundial do FIA CareerShift, para moças e rapazes, coordenada pela CFA, na FIA WEC; o Campeonato de E-Sports FIA Girls on Track, primeira competição feminina de esports automobilístico do País, gratuita, em parceria com a CNAV (Comissão Nacional de Automobilismo Virtual) da CBA; a primeira participação da Equipe FIA Girls on Track Brasil no Sertões, maior rally das Américas. A Experiência para Estudantes na Fórmula 1, em novembro, e na Fórmula E, em dezembro, completam a agenda da temporada.